INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL

ETCO

JUNHO 2018 - Nº 22 - Ano 15

CAMINHOS PARA O BRASIL CRESCER COM ÉTICA NOS NEGÓCIOS

Contribuições de:

- Ana Amélia Lemos
- Augusto Nardes
- Efraim Filho
- Everardo Maciel
- Jonas Donizette
- Jorge Rachid
- Marcílio Marques Moreira
- Marcos Lisboa
- Nelson Marchezan Júnior
- Raul Velloso
- Renato Dias
- Rodrigo Maia
- Sérgio Etchegoyen

MOVIMENTO COMBUSTÍVEL LEGAL GANHA FORÇA

BRASILEIROS QUEREM PRESIDENTE QUE COMBATA O CONTRABANDO, DIZ PESQUISA

Há 15 anos, nossa missão é ajudar o Brasil a promover a ética concorrencial e melhorar o ambiente de negócios

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL

ETCO 15 ANOS

Contribuições para o desenvolvimento do Brasil

Em 2018, o ETCO completa 15 anos de atuação – e alcançar esse marco reforça nosso compromisso com a missão do Instituto: "Combater a concorrência desleal com o objetivo de promover a melhoria do ambiente de negócios". Uma forma de contribuir tem sido a realização de eventos reunindo autoridades e especialistas para entender melhor as razões e buscar soluções que levem em conta os diferentes pontos de vista em relação aos problemas. Em março, ajudamos a promover dois eventos dessa natureza em parceria com importantes jornais brasileiros.

Com o *Correio Braziliense*, realizamos o seminário Tributação e Desenvolvimento Econômico, que lançou luz sobre as deficiências do nosso sistema de impostos, que penaliza os bons pagadores com obrigações excessivas, gera muita insegurança jurídica e acaba beneficiando os sonegadores e os devedores contumazes de tributos.

O evento reuniu importantes nomes relacionados ao tema, como o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, o professor Everardo Maciel, que foi secretário da Receita no governo FHC, o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), o economista Raul Velloso, entre outros especialistas. Nesta edição, trazemos um resumo das propostas que eles apresentaram para reformar o sistema tributário de modo a garantir o financiamento do setor público, estimular investimentos e assegurar a concorrência leal entre as empresas.

O outro foi o seminário Segurança e Desenvolvimento – a Importância do Combate ao Mercado Ilegal, realizado em parceria com a *Folha de S.Paulo*. O evento tratou de um tema fundamental: a segurança pública. Já faz tempo que o ETCO e outras entidades que defendem o mercado legal vêm alertando a sociedade sobre a relação entre o contrabando e a violência urbana.

Contrabando e violência urbana

Embora muitas pessoas ainda conservem uma visão romântica sobre o contrabando e a pirataria, achando que eles são operados por meros sacoleiros ou por desempregados tentando apenas sustentar sua família, a realidade é bem diferente. Cada vez mais, quem domina esse comércio é o crime organizado – o mesmo que atua no tráfico de drogas e de armas e que usa os recursos do comércio ilegal para ampliar seu domínio sobre favelas, morros, comunidades carentes e presídios de todo o Brasil.

O seminário tratou dessas questões sob vários pontos de vista, incluindo o do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, da senadora Ana Amélia Lemos, do deputado Efraim Filho, do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Etchegoyen, e do diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Renato Dias.

Ainda em relação ao tema do mercado ilegal, esta edição traz também o resultado de uma pesquisa que encomendamos ao Instituto Datafolha para aprofundar o conhecimento sobre o que os brasileiros pensam do contrabando. O estudo mostrou que uma parcela grande da população percebe a relação entre esse crime e a violência urbana – e que o assunto deve ter grande importância nas eleições deste ano.

Em outra reportagem, falamos sobre o combate às fraudes no setor de combustíveis. Uma das novidades nesse sentido foi o fortalecimento da entidade que representa empresas do segmento, que passou a se chamar Plural – Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência. Ela incorpora e amplia o trabalho que vinha sendo feito pelo Sindicom, incluindo o Movimento Combustível Legal, que procura mobilizar a sociedade e as autoridades na luta contra grupos que lucram enganando o consumidor, sonegando impostos e prejudicando os concorrentes por meio de práticas desleais.

Esta edição trata também do Pró-Ética, um projeto que valoriza as empresas que investem em bons programas de *compliance*, e traz ainda as reflexões de dois grandes pensadores dos problemas brasileiros. Em artigo escrito especialmente para a Revista ETCO, o diplomata e ex-ministro da Fazenda Marcílio Marques Moreira faz uma profunda análise do contexto mundial para nos mostrar como as condições internas e externas atuais são especialmente favoráveis para o Brasil realizar as reformas de que tanto precisa para se modernizar. Do contrário, nas palavras de Marcílio, permaneceremos num "pântano de progressiva mediocridade".

A outra contribuição vem de um dos economistas mais brilhantes do País, Marcos Lisboa, presidente do Insper. Ele foi o convidado especial do mais recente encontro do nosso Conselho Consultivo e nos brindou com uma palestra sobre as razões mais profundas da nossa incapacidade de engatar um ciclo longo de desenvolvimento econômico: protecionismo, privilégios, burocracia excessiva, insegurança jurídica e descontrole nas contas públicas. Uma aula de economia e história do Brasil.

Desejo a todos uma boa leitura.

Edson Luiz Vismona,
presidente executivo do ETCO

Sumário

8 O seminário que o ETCO e o *Correio Braziliense* fizeram para discutir Tributação e Desenvolvimento Econômico

10 Jorge Rachid, secretário da Receita Federal, fala sobre o combate à sonegação fiscal

12 Edson Vismona, presidente do ETCO, defende mais rigor contra a evasão fiscal

14 Everardo Maciel discute os limites de tentar usar os impostos para induzir comportamentos desejáveis

16 A necessidade de mais transparência nas decisões tributárias

16 Como a falta de agentes da Receita Federal prejudica a fiscalização nas fronteiras

17 Raul Velloso, economista, prevê nova rodada de aumento de impostos no País

18 Augusto Nardes, ministro do TCU, defende uma ampla reforma na governança nos órgãos públicos

20 Como o contrabando está reduzindo a arrecadação do governo no setor de cigarros

24 Manifesto ETCO/FNCP sobre Segurança Pública

26 Associação de distribuidores reforça a luta em defesa da ética no setor de combustíveis

32 *Pesquisa Datafolha:* brasileiro quer presidente mais duro no combate ao contrabando

36 ETCO e *Folha* realizam evento para discutir a segurança pública e a defesa do mercado legal

38 Especialistas debatem a importância de ir atrás do dinheiro dos criminosos que comandam o mercado ilegal

42 Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados, defende uma ampla reforma do Estado para liberar recursos para combater o mercado ilegal e outras prioridades

44 Senadora Ana Amélia Lemos critica complacência dos brasileiros com o contrabando e outras práticas ilícitas e propõe leis mais duras contra esses males

46 Efraim Filho, presidente da Frente Parlamentar contra o Contrabando, a Pirataria e a Falsificação, aponta os prejuízos que esses crimes provocam ao País

48 Sérgio Etchegoyen, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, fala sobre as parcerias com países vizinhos para combater os crimes transnacionais

50 Prefeitos e especialista em segurança pública discorrem sobre o papel dos municípios na defesa do mercado legal

52 Diretor da Polícia Rodoviária Federal e ministro do TCU tratam da segurança nas fronteiras

54 Manifesto ETCO sobre Reforma Tributária

56 Aumenta a procura das empresas pelo selo Pró-Ética, que reconhece os bons programas de prevenção de corrupção

60 Economista Marcos Lisboa comenta os erros que o Brasil teima em repetir há setenta anos e que atrasam o desenvolvimento do País

66 *Artigo:* Marcílio Marques Moreira, ex-ministro da Fazenda, chama a atenção para o momento internacional excepcionalmente favorável à recuperação da economia brasileira

Tributação para prómover a concorrência leal e o desenvolvimento

Em evento do ETCO e do *Correio Braziliense*, especialistas apontam as falhas do sistema de impostos que precisam ser corrigidas para promover crescimento econômico com ética

O presidente executivo do ETCO, Edson Vismona (ao microfone), e especialistas em tributação e economia, como Raul Velloso, Everardo Maciel (acima) e Jorge Rachid (ao lado) debateram propostas para melhorar o ambiente de negócios

Para crescer, o Brasil precisa mudar seu sistema de impostos. O modelo atual é injusto, confuso, extremamente trabalhoso e provoca muita insegurança jurídica. E o pior: depois de se esforçar para pagar os tributos e cumprir as inúmeras obrigações impostas pelo fisco e por outros órgãos regulatórios, as empresas sérias ainda têm de enfrentar a concorrência desleal do mercado ilícito. São obrigadas a disputar mercado com produtos fruto de contrabando, adulteração, pirataria, falsificação e outras fraudes, que não pagam nenhum imposto nem passam por qualquer tipo de inspeção.

Essas foram algumas das conclusões do seminário Tributação e Desenvolvimento Econômico que o ETCO realizou em parceria com o jornal *Correio Braziliense*, no dia 6 de março, em Brasília. O evento reuniu autoridades e especialistas no tema, entre eles o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid; o professor Everardo Maciel, que ocupou o mesmo cargo no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso; o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União; o economista Raul Velloso; e o presidente executivo do ETCO, Edson Vismona.

Também participaram, o gerente sênior de Planejamento Estratégico da Souza Cruz, André Portugal; a advogada e professora de Direito Civil, Comercial e Econômico da Universidade de Brasília, Ana Frazão; e o presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal (Sindireceita), Geraldo Seixas.

A seguir, um resumo dos principais pontos apresentados por cada palestrante.

"A sonegação gera distorção, desemprego e concorrência desleal."

Secretário da Receita Federal apontou também a complexidade tributária como entrave ao desenvolvimento econômico

Jorge Rachid citou vários problemas do sistema de impostos que precisam ser corrigidos

Coube ao secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, fazer a abertura do seminário promovido pelo ETCO e pelo *Correio Braziliense*. Ele começou sua apresentação reconhecendo que um dos maiores problemas do sistema de impostos brasileiro é sua enorme complexidade. Citou situações extremas como a de uma empresa que fabrica dois produtos sujeitos a regras distintas para a apuração da contribuição previdenciária dos seus funcionários: para um deles, a base é a folha de pagamento; para o outro produto, o faturamento. E precisa calcular o valor do tributo de empregados que trabalham nas duas linhas de produção.

Outro exemplo são os sistemas de créditos tributários que variam conforme a finalidade do insumo. Uma empresa do ramo de pecuária que compra água, disse Rachid, pode se creditar do imposto pago pelo fornecedor se o líquido for destinado aos animais que produz; já, se for para consumo humano do setor administrativo, não tem esse direito. "É tudo muito complicado e sujeito a insegurança jurídica", criticou.

O secretário afirmou que uma das prioridades do governo federal tem sido a simplificação tributária. No âmbito dos impostos da União, segundo ele, uma medida importante nesse sentido será a reforma que unificará o PIS e a Cofins, prevista para entrar em vigor ainda este ano. Ele ressaltou, no entanto, que as razões mais profundas da complexidade estão relacionadas com a descentralização tributária, que dá a estados e municípios autonomia para instituir impostos e outras taxas. E admitiu que mudar esse aspecto constitui uma tarefa bem mais difícil.

"É factível? É viável? Os estados, pelo princípio federativo, têm o direito de tributar, mas como fazer isso pela tributação centralizada? Então, temos que buscar o realismo: qual seria a proposta possível para gerar o sistema tributário justo com desenvolvimento econômico? Esse é o nosso desafio", resumiu.

Evasão fiscal e concorrência desleal

Um fator de natureza tributária ainda mais importante para promover o desenvolvimento econômico, segundo o secretário da Receita, é o combate à sonegação. "Ela gera distorção, desemprego e concorrência desleal", afirmou. Rachid disse que o fisco federal vem investindo em sistemas de inteligência para identificar com mais eficiência os casos de evasão fiscal, mas reconheceu que o problema continua grave. E mais: lamentou os seguidos programas de refinanciamento de dívidas tributárias aprovados pelo governo e pelo Congresso que favorecem os devedores. "Temos que conter essa demanda acentuada por parcelamentos especiais", declarou.

Na opinião de Rachid, outra distorção que precisará ser enfrentada diz respeito ao Imposto de Renda. "Nós temos diferenças significativas de carga entre pessoas físicas e jurídicas. A carga tinha que ser uma só, tinha que ter um modelo equilibrado", apontou. O secretário concluiu sua fala citando os princípios que devem nortear a reforma tributária: neutralidade, equidade, progressividade, simplicidade, segurança jurídica e previsibilidade.

Segundo Rachid, a sonegação de impostos e a infinidade de regras do sistema tributário, que gera insegurança jurídica, afastam investimentos

Edson Vismona apontou a concorrência desleal de empresas que não seguem as normas ou sonegam impostos como um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento do País

"Não existe país desenvolvido que não respeite a ética"

Presidente executivo do ETCO cobrou ações concretas para reprimir a concorrência desleal de quem não paga impostos.

Empresas que atuam no Brasil seriam mais eficientes e cresceriam mais se o sistema tributário fosse simplificado. Mas o que também afeta a decisão delas de continuar investindo no País, segundo o presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, é ter de disputar mercado com quem não respeita a lei.

Em palestra no seminário Tributação e Desenvolvimento Econômico, Vismona contou que tem recebido representantes de fundos de investimento internacionais com essa reclamação. "Eles falam: ´Eu tenho que respeitar todas as regras e o ilegal não respeita nenhuma. E não acontece nada´. Um deles me disse que este ano é decisivo. Se não houver nenhuma ação efetiva contra o mercado ilegal, ele fecha a fábrica."

O presidente do ETCO ressaltou que essa é uma condição essencial para o País crescer. "Não existe país desenvolvido que não respeite a ética e não defenda a lei", afirmou. "Se não tivermos a questão ética posta e a defesa da lei como algo absolutamente central da nossa sociedade, esqueçam. Nós não vamos chegar a lugar nenhum."

Segundo ele, a concorrência desleal de produtos que não pagam impostos atinge sobretudo segmentos altamente tributados, como bebidas, tabaco e combustíveis. Vismona lembrou que, em seus 15 anos de atividade, o ETCO participou de várias iniciativas para combater a sonegação.

Ele citou o exemplo dos sistemas de controle de produção de cigarros e bebidas desenvolvidos com o apoio do Instituto. Instalados nas fábricas, eles permitiram ao fisco acompanhar os dados físicos de produção em tempo real e compará-los com as informações transmitidas pelo setor de contabilidade das empresas. "No setor de bebidas, proporcionou um aumento de 40% na arrecadação", lembrou.

Inadimplência criminosa

Entre os problemas que persistem, chamou atenção para os chamados devedores contumazes de tributos. "São figuras que se dizem empresários, mas na verdade são bandidos que se instalam no mercado com o propósito de não pagar imposto. Vão protelando as cobranças ao máximo, primeiro em instâncias administrativas, depois judiciais, e passam dez anos ganhando mercado de forma absolutamente criminosa", afirmou.

Ele explicou que decisões mais ágeis do Judiciário podem reduzir os prejuízos causados pelos devedores contumazes, mas que a solução definitiva depende da regulamentação de um artigo da Constituição contra essa prática. Um projeto de lei nesse sentido (PLS 284/17) foi apresentado no ano passado pela senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS) e está tramitando sob a relatoria do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). "Tem nosso total apoio", garantiu.

Vismona falou também sobre o contrabando, um mal cujos prejuízos vão além da concorrência, da arrecadação tributária e do desenvolvimento econômico. Está mais do que provado, ele lembrou, que as mesmas quadrilhas que dominam as rotas de entrada ilegal de produtos no Brasil atuam também no contrabando de armas e no tráfico de drogas, financiando o crime organizado. O caso mais dramático é o dos cigarros, que representam hoje 67% das apreensões feitas pela Polícia Federal.

"O brasileiro que compra produtos contrabandeados está financiando a compra do fuzil, da munição, porque esse dinheiro vai para as organizações criminosas", apontou. "Quem ocupa o espaço da fronteira cada vez mais é o PCC. Temos que articular os esforços para combater esta situação."

Reduzir diferença de impostos entre Brasil e Paraguai

Para resolver o problema, o presidente do ETCO recomendou medidas para reduzir as vantagens do contrabando, como a diferença na tributação do cigarro no Brasil, que em alguns estados chega a quase 90%, e no Paraguai, onde os impostos não passam de 16%. "O mundo inteiro, a OMS inclusive, define que é importante ter um tributo mais alto para cigarros, para desestimular o consumo. O Paraguai ignora isso", lamentou.

Vismona defendeu ainda a simplificação tributária. "É a palavra mágica", afirmou. "Nós precisamos tirar esse peso das costas dos contribuintes brasileiros. Isso dará a todos mais condições de competitividade, ampliando a concorrência. Precisamos de regras mais simples e que todos respeitem as mesmas regras."

"Se não tivermos a defesa da lei como algo central, não vamos chegar a lugar nenhum"

"Usar imposto para induzir condutas tem limite"

Everardo Maciel fez um alerta sobre a prática fiscal de usar os impostos para promover mudanças saudáveis na sociedade: em excesso, causa mais prejuízos do que benefícios

Governos cobram impostos, antes de mais nada, para arrecadar os recursos necessários ao seu funcionamento e para atender a população. Mas os tributos podem ter também outras funções, como estimular ou inibir condutas que o Estado considera favoráveis ou prejudiciais à sociedade. É a chamada extrafiscalidade.

Em sua apresentação no seminário do ETCO e do *Correio Braziliense*, o professor e ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel tratou do uso abusivo desse instrumento e de suas consequências negativas para o País. Ele lembrou que a extrafiscalidade é uma prática antiga. Já era usada pelos calvinistas ingleses no período da Reforma, por exemplo, ao coibir o jogo e o consumo de álcool com as "taxas do pecado", como eram conhecidas.

Na opinião dele, o mecanismo é razoável até certo ponto e pode exercer alguma influência sobre a conduta das pessoas. "Mas desde que se queira dar apenas um empurrãozinho", ressalvou. O exagero, disse, se torna perigoso, pois desestabiliza o equilíbrio de forças entre os diferentes agentes econômicos.

O ex-secretário da Receita, Everardo Maciel, falou sobre os exageros da chamada "extrafiscalidade"

Maciel citou o caso do Canadá, que no início dos anos 1990 decretou um aumento exagerado de impostos sobre os cigarros para coibir o consumo. Em pouco tempo, o mercado canadense foi invadido por produtos contrabandeados dos Estados Unidos que custavam menos da metade do preço. Para piorar, a rota do contrabando passava por áreas de reserva indígena que, por lei, o governo americano não podia patrulhar livremente, levando crime e degeneração social a uma das populações mais vulneráveis do País. O governo canadense percebeu o erro. "Então, rapidamente, voltou atrás", recordou Maciel.

Tributo não corrige vício

Para ele, o Brasil está cometendo o mesmo equívoco ao elevar de forma exagerada os tributos sobre o cigarro para forçar os fumantes a largar o vício, sem considerar que o Paraguai tem uma das menores taxas sobre o tabaco do mundo. "Na prática, as pessoas não vão deixar de fumar. Essa não é a via correta para induzir essa conduta. As pessoas vão para o contrabando. Tributo não se presta a corrigir vício de ninguém", afirmou.

Outro exemplo de extrafiscalidade excessiva, de acordo com Maciel, foram as tentativas de sucessivos governos franceses de sobretaxar os ricos com tributos que chegavam a 70% da renda. A justificativa era combater a desigualdade e promover justiça social, mas, por destoar tanto do restante do mundo, o imposto acabou tendo outro efeito: a migração dos ricos para outros países. "Os ingleses adoraram", brincou.

Nada em demasia

O caso mais emblemático foi o do ator Gerard Depardieu, maior ícone do cinema francês, que, para fugir do imposto, virou cidadão russo. "O efeito Depardieu", segundo o ex-secretário da Receita, "obrigou a França a rever a decisão."

Mas qual é o limite da extrafiscalidade? Maciel recorre à mitologia grega para responder. "O frontão do templo de Apolo, em Delfos, na Grécia, trazia o conselho: ´Nada em demasia´. Essa sabedoria inspirou o pensamento e a filosofia helênica desde os pré-socráticos até Platão e Aristóteles. Quando há excesso, aí surgem sempre os problemas."

Ana Frazão falou sobre o desestímulo para quem paga os impostos em dia

"Não há transparência nas decisões tributárias."

Professora da UnB critica falta de critérios objetivos para a concessão de benefícios fiscais

A advogada e professora Ana Frazão, que leciona Direito Civil, Comercial e Econômico na Universidade de Brasília, acredita que um dos empecilhos ao desenvolvimento do País é a forma imprevisível como decisões importantes são tomadas. "O Brasil ainda pratica um capitalismo de compadrio", afirmou. "Decisões muito importantes, como renúncias fiscais, isenções e subsídios, são tomadas de forma casuística, sem transparência, o que gera impactos extremamente ruins para o desenvolvimento econômico", disse.

Outro problema grave, segundo ela, é a falta de apoio do Estado aos contribuintes que cumprem a lei, e citou o caso dos sonegadores ou devedores contumazes de impostos. "Muitas vezes, em vez de punir devidamente, o Estado acaba incentivando esses comportamentos por meio de programas de refinanciamento fiscal", criticou. "Isso é injusto com quem paga os tributos em dia."

Geraldo Seixas lamentou perda de mais de 3 mil servidores desde 2011

"Faltam fiscais tributários e de fronteira no Brasil."

Presidente do sindicato da categoria diz que número é insuficiente para combater a sonegação e o mercado ilegal

Em 2011, a Receita Federal tinha 19.451 servidores atuando na fiscalização tributária e no controle de fronteiras. Hoje, são 16.272. Segundo Geraldo Seixas, presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal, o número é insuficiente para fiscalizar toda a atividade econômica desenvolvida no Brasil e em 24 mil quilômetros de fronteiras terrestres e marítimas.

O contingente, segundo ele, é um dos menores da América Latina em termos proporcionais. A relação aqui é de 1 servidor para cerca de 13 mil habitantes, índice que no México é de 1 para 4.700; no Chile, de 1 para 3.700, e na Argentina, de 1 para 3 mil cidadãos. "Nossa administração tributária está mais próxima à realidade de Angola, que tem 1 servidor para 16 mil cidadãos", compara Seixas.

Não é à toa, segundo ele, que o Brasil ocupa a 176ª posição no *ranking* de agilidade de abertura de empresas e o 184º lugar em facilidade de se pagar impostos, segundo pesquisa do Banco Mundial em 190 países.

"Vem mais aumento de imposto por aí."

Economista Raul Velloso lamenta que o País não consiga corrigir o desequilíbrio fiscal pelo caminho do corte de custos

Raul Velloso acredita que próximo governo será obrigado a elevar tributos

O Brasil passa pelo maior desequilíbrio fiscal da história. Apesar disso, não vem conseguindo reduzir seus gastos na medida necessária. A alternativa que sobra é aumentar ainda mais os impostos – e é isso que deverá ser feito pelo próximo governo. A análise foi feita pelo economista Raul Velloso no seminário Tributação e Desenvolvimento. "Será um desastre", afirmou. "Mas não podemos abstrair que há um momento econômico a ditar as coisas. E esse momento econômico mostra que o País está mergulhado num desequilíbrio fiscal gigantesco."

Velloso fez uma retrospectiva do problema, mostrando que a situação das contas públicas passou a se deteriorar a partir de 2010. "As receitas em relação ao PIB começaram a desabar antes mesmo de a recessão entrar em cena. E o gasto continuou seu curso ascendente", lamentou.

Ele lembrou que a previsão para este ano é de um déficit de R$ 159 bilhões e que, mesmo com a retomada do crescimento, a previsão é que as contas públicas só voltem ao azul a partir de 2021 – se tudo correr bem até lá. "O problema é que não se consegue mexer em gasto no Brasil. É impressionante", lamentou. "Então, virá uma pressão por aumento da carga tributária. Não sei dizer em que momento, mas certamente virá no próximo governo", concluiu.

Augusto Nardes criticou falta de planejamento e controle de investimentos públicos

"A incapacidade do Estado brasileiro é monstruosa."

Ministro do TCU diz que desenvolvimento só virá com melhora na governança do serviço público

Para o Brasil crescer de forma sustentável, precisará fazer uma reforma do Estado. Principalmente, reduzir gastos correntes e, mais importante, melhorar o planejamento e o controle dos investimentos públicos. Esse foi o teor da palestra do ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), no seminário Tributação e Desenvolvimento Econômico.

Ele fez duras críticas à forma improvisada com que os governantes brasileiros fazem a alocação do dinheiro público. "Arrecadar nós sabemos, mas gastar não sabemos. Jogar dinheiro na sarjeta e ao vento é a coisa mais simples e fácil no Estado brasileiro", acusou.

Nardes atua há doze anos no TCU e foi o relator da análise das contas de 2014 do governo federal, rejeitadas por unanimidade pelo Tribunal, abrindo caminho para o impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Segundo ele, o descontrole é um problema generalizado no País. "Nós temos hoje por volta de 15 milhões de pessoas trabalhando no Estado brasileiro entre municípios, estados e União. Tem boa governança de pessoal? Tem avaliação do desempenho dos funcionários? Muito pouco", ressaltou. "A incapacidade do Estado brasileiro é monstruosa."

Nardes, que lançou recentemente o livro *Da governança à esperança*, pela Editora Fórum, citou diversos casos de desperdício provocados por investimentos feitos sem uma avaliação cuidadosa de sua necessidade e sustentabilidade. "Foram feitas milhares de creches e mais de 50% delas estão abandonadas. Milhares de Upas (Unidades de Pronto Atendimento) também estão abandonadas", disse.

Só 3% para investimento

Ele falou também dos investimentos da Petrobras. "Fazer quatro refinarias ao mesmo tempo sem a avaliação de risco? A do Comperj (Complexo Petroquímico do estado do Rio) já deu prejuízo de R$ 12,4 bi. Na Abreu e Lima, já constatamos R$ 2,4 bilhões de subpreço; nas refinarias do Ceará e do Maranhão, que foram iniciadas e só fizeram a terraplanagem, gastamos R$ 3,8 bilhões."

Na avaliação do ministro, o presidente eleito este ano terá de fazer uma reforma profunda no Estado, envolvendo inclusive a redução de gastos obrigatórios, que consomem hoje 97% das receitas públicas. Segundo ele, serão necessárias medidas duras para recuperar o poder de investimento da União. Ele citou os exemplos de Portugal e Espanha que, diante de situação semelhante, aprovaram leis reduzindo os salários dos funcionários públicos. "O próximo presidente precisará ter coragem de fazer isso para poder viabilizar o país, porque a nação está inviabilizada", afirmou.

Apesar do diagnóstico negativo, Nardes elogiou medidas isoladas que vêm sendo adotadas no País para melhorar a gestão do serviço público. Citou o decreto 9.203, de novembro do ano passado, que prevê planejamento estratégico para períodos de 2, 4 e 12 anos para algumas áreas do governo federal. "Não vamos perder a fé ou a crença de que é possível transformar. O importante é iniciar o processo", afirmou.

"Arrecadar nós sabemos, mas gastar não sabemos. Jogar dinheiro na sarjeta e ao vento é a coisa mais simples e fácil no Estado brasileiro"

"Para cada R$ 1 que se arrecada em cigarro, R$ 0,80 são sonegados"

André Portugal mostrou a relação entre a elevação da carga tributária e o avanço do contrabando

Representante da indústria mostrou como o Brasil vem entregando o mercado de cigarros para o contrabando paraguaio

Nos últimos anos, o governo subiu impostos sobre cigarros com a intenção de reduzir o consumo. Na prática, o que se viu foi aumento do contrabando, fumantes expostos a produtos sem inspeção sanitária, indústrias nacionais perdendo participação de mercado e redução da arrecadação tributária. Os dados foram apresentados no seminário Tributo e Desenvolvimento Econômico pelo gerente sênior de Planejamento Estratégico da Souza Cruz, André Portugal.

Ele detalhou as principais mudanças que provocaram aumento da carga tributária sobre o produto nos últimos anos. O IPI, de competência da União, subiu 140% desde 2011, contra uma inflação de 44%. Já o ICMS sofreu elevação em dezenove estados apenas nos últimos dois anos. Como resultado, a carga tributária média sobre os cigarros atingiu 71% do preço pago pelo consumidor, chegando a quase 90% em alguns casos. No Paraguai, país que consome 2,5 bilhões, mas produz 60 bilhões de cigarros por ano, o índice se manteve em 16% – e os números contam o resto da história.

De 2011 para cá:

- *A diferença de preço* entre o cigarro brasileiro e o contrabandeado aumentou de R$ 1,80 para R$ 3,69.

- *A indústria que paga* impostos e cumpre as leis sanitárias perdeu vinte pontos percentuais de participação de mercado, segundo acompanhamento feito pelo Ibope. O produto ilegal, que detinha 28% do consumo, chegou a 48% em 2017.

- *A evasão fiscal passou* de R$ 2,4 para R$ 9,7 bilhões ao ano – o que representa mais de uma vez e meia o orçamento da Polícia Federal e daria para construir 102 mil casas populares, 5 mil creches ou 19 mil Unidades Básicas de Saúde.

- *Com o aumento* da participação de mercado do cigarro contrabandeado, que não paga impostos, a carga tributária real sobre o consumo do produto caiu de 43% para 38% das vendas, mesmo com a elevação dos impostos sobre o produto legal.

- *Quatro marcas* de cigarro paraguaias entraram no *ranking* das dez mais vendidas no Brasil, inclusive a líder.

- *O Brasil se tornou* o maior consumidor mundial de cigarros ilegais em volume e o segundo maior em percentual de mercado, atrás apenas da Malásia, segundo dados da consultoria Euromonitor.

O gerente sênior da Souza Cruz elogiou os esforços do governo para reprimir o contrabando, que resultaram na apreensão de cerca de 5 bilhões de cigarros apenas no ano passado, mas afirmou que eles são insuficientes para deter o avanço do mercado ilegal. Na opinião dele, além de intensificar a repressão, é preciso agir sobre a assimetria tributária entre o Brasil e o Paraguai por meio, por exemplo, de pressão política no âmbito do Mercosul.

Imposto aumentou, mas arrecadação caiu de 43% para 38% das vendas por causa do aumento da participação do produto ilegal

Cigarros ilegais apreendidos

André Portugal lembrou que não é apenas a indústria de tabaco que sai prejudicada: há riscos à saúde da população que consome um produto sem inspeção sanitária; o crime alimenta quadrilhas que geram corrupção e violência ao País; e os brasileiros ficam sem os serviços públicos que deixam de ser prestados por causa da evasão fiscal. "Para cada R$ 1 que o governo arrecada do setor de tabaco, R$ 0,80 são sonegados", enfatizou.

TRIBUTAÇÃO E CONTRABANDO NO SETOR DE CIGARROS

Confira os efeitos da elevação de impostos no setor nos últimos anos.

Impostos no Brasil subiram

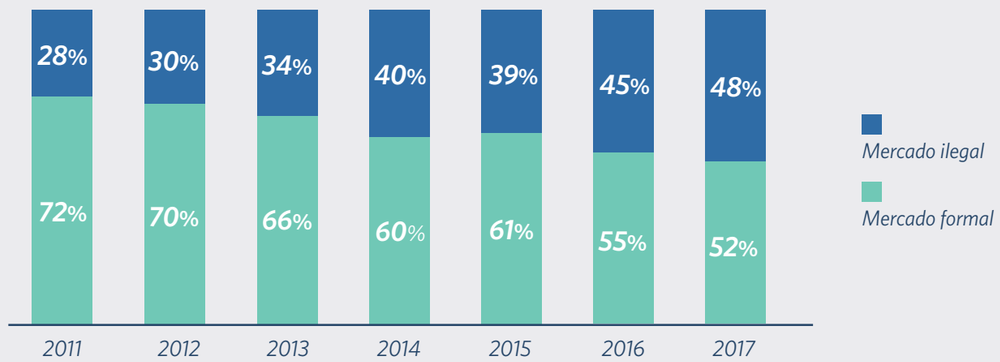
IPI... cresceu 140% de 2011 a 2017, contra 44% de inflação

ICMS... aumentou em dezenove estados desde 2015

Carga tributária... chegou a 71% do preço do produto, em média, alcançando quase 90% em alguns casos

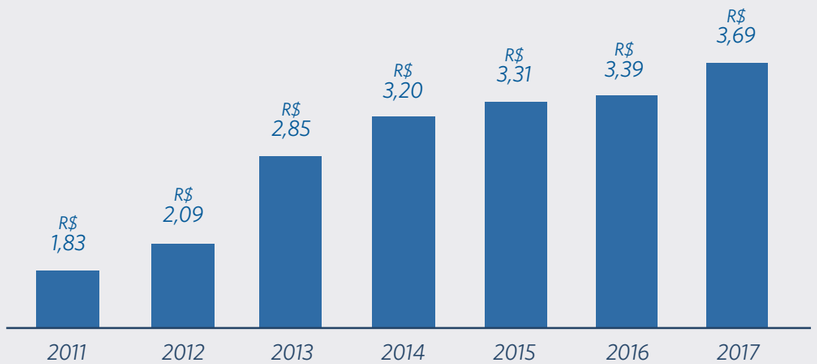
No Paraguai... carga tributária se manteve em 16%

Contrabando ganhou 20 pontos percentuais de participação de mercado

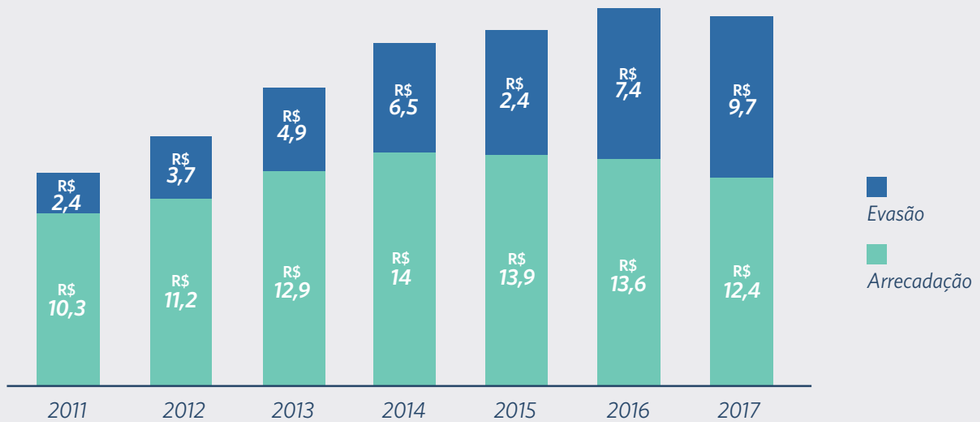


Vantagem do produto ilegal aumentou

Diferença entre o preço médio do cigarro brasileiro e o do contrabandeado



Arrecadação de impostos do setor caiu (em R$ bilhões)



Fontes: IBGE, Ibope e indústria

TRIBUTAÇÃO e DESENVOLVIMENTO

Ética e legalidade são pilares do Estado Democrático de Direito essenciais para a boa convivência entre as pessoas, as empresas e a administração pública, além de conferir aos atos e negócios públicos e privados a credibilidade e a segurança jurídica indispensáveis à promoção do desenvolvimento.

Comprometido com esses propósitos, o ETCO tem desenvolvido inúmeras iniciativas de interesse público, especialmente no âmbito do combate à sonegação fiscal.

As próximas eleições representarão um marco histórico pela possibilidade de superação das múltiplas crises que infelicitaram o País recentemente, envolvendo a crescente degradação dos serviços públicos, a violência em suas diferentes dimensões, a corrupção sistêmica, a crise fiscal, o desemprego e a recessão.

Nesse contexto, o ETCO se dispõe a apresentar sugestões que possam contribuir com a melhoria do ambiente de negócios e o combate às práticas ilegais que afetam severamente a concorrência leal, consubstanciadas nas seguintes diretrizes gerais:

I - Vedação a qualquer pretensão de aumento da carga tributária, visando prevenir a indesejada expansão do mercado ilegal que inviabiliza o equilíbrio concorrencial;

II - Simplificação e racionalização dos regimes tributários, notadamente no que concerne aos combustíveis

III - Desburocratização tributária;

IV - Disciplinamento do art. 146-A da Constituição, objetivando prevenir os desvios tributário-concorrenciais;

V - Implementação de sistemas físicos antifraude e antissonegação;

VI - Resolução dos grandes litígios tributários;

VII - Reforma radical do processo tributário.

ESPECIFICAMENTE, O ETCO POSTULA AS SEGUINTES MEDIDAS:

a) Implementação da incidência monofásica do ICMS sobre combustíveis, conforme previsto no art. 155 § 2º, h, e § 4º da Constituição;

b) Equiparação de alíquotas dos tributos das correntes de hidrocarbonetos com os de combustíveis equivalentes;

c) Instituição de um programa de desburocratização tributária, conforme o PLS - Complementar nº 406, de 2016, com ênfase nas seguintes medidas: instituição de cadastro fiscal único, simplificação dos processos para abertura e fechamento de empresas, eliminação das exigências de certidão negativa, compensação universal de tributos no âmbito de um mesmo ente federativo, consolidação anual da legislação e fixação de prazo para resposta às demandas na Administração Tributária;

d) Apoio à tramitação do PLS – Complementar nº 284, de 2017, que dispõe sobre o disciplinamento do art. 146 – A da Constituição;

e) Instituição e manutenção dos sistemas físicos antifraude e antissonegação, nomeadamente o controle de vazão de bebidas, selos para o setor de tabaco, combate à adulteração de combustíveis;

f) Elaboração de projetos de lei visando à superação dos grandes litígios tributários, como dedutibilidade do ágio, tributação de vinculadas no Exterior, responsabilidade solidária de sócios, dissolução irregular de empresas, substituição tributária, planejamento tributário abusivo;

g) Reforma radical do processo tributário, conforme proposto na PEC nº 112, de 2015,e na PEC nº 57, de 2016, visando os seguintes objetivos: fixação de normas gerais processuais tributárias, integração entre os processos tributário administrativo e judicial e reestruturação dos órgãos do contencioso administrativo fiscal, conferindo-lhes caráter especializado e autonomia.

Mais força contra irregularidades no setor de combustíveis

Criação da Plural e segundo ano do Movimento Combustível Legal favorecem a luta pela concorrência leal no segmento

Todos os dias, milhões de brasileiros são prejudicados por uma série de práticas ilícitas no setor de combustíveis. A boa notícia é que lideranças empresariais comprometidas com a ética nos negócios adotaram recentemente novas armas na luta contra esse mal – e elas já estão apresentando resultado.

Uma delas foi a criação, em 2017, do Movimento Combustível Legal (MCL), que tem uma dupla missão: de um lado, conscientizar a sociedade sobre a gravidade do problema, angariando apoio para essa luta; de outro, pressionar e apoiar órgãos dos três poderes na criação ou no aperfeiçoamento dos instrumentos de combate às irregularidades no setor.

Outra novidade foi a criação da Plural (Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência), em janeiro deste ano. A entidade é uma ampliação do Sindicom, que nasceu em 1941 como sindicato patronal e ao longo de 77 anos foi expandindo sua atuação nos moldes de uma associação nacional. A mudança fortalece esse trabalho. A Plural passa a atuar por meio de câmaras setoriais representando diferentes áreas do negócio. Inicialmente, são seis: Sindicom, responsável pelas questões sindicais; Combustíveis; Logística e Abastecimento; Lubrificantes; Conveniência; e Aviação.

O presidente executivo, Leonardo Gadotti, explica que esse novo formato permite ampliar o campo de atuação e proporciona mais agilidade à instituição, atendendo aos desafios de um mundo que se transforma com rapidez cada vez maior. "A entidade se moderniza de forma a atender aos novos preceitos e legislações. E passa a ter mais flexibilidade para atuar, nos permitindo ser ainda mais ágeis", resume. A Plural passa a ser associada ao ETCO – e o Instituto é um dos apoiadores do Movimento Combustível Legal.

Várias irregularidades

O segmento de combustíveis convive com níveis elevados de irregularidades que afetam os consumidores, os concorrentes honestos, o fisco e, como consequência, os cidadãos que dependem de serviços públicos como saúde, educação e segurança financiados pelos impostos do setor.

A lista de práticas ilícitas é extensa. Uma parcela de postos de combustíveis prejudica os consumidores com artifícios relacionados tanto com a qualidade como com a quantidade dos produtos. Por exemplo, "batizando" os combustíveis por meio da adição de substâncias como solventes, no caso da gasolina, ou até mesmo água, no caso do etanol; ou adulterando a própria bomba de abastecimento, que passa a marcar uma quantidade maior do que a que foi efetivamente colocada no tanque dos veículos.

Por provocar prejuízos imediatos aos consumidores, essas fraudes costumam chamar mais atenção das pessoas e da imprensa. Mas existem outros problemas tão ou mais graves para a sociedade que não costumam ganhar destaque, e um dos desafios do Movimento Combustível Legal é alertar sobre eles.

Fraudes tributárias

Um campo complexo reúne as práticas ilícitas de ordem tributária. Combustíveis estão especialmente sujeitos a elas por duas razões: primeiro, porque os tributos representam uma parcela enorme do preço final dos produtos, e ela vem crescendo. No caso da gasolina comum, por exemplo, a soma de ICMS, PIS/Cofins e CIDE subiu de 40% em junho de 2017 para 45% em março deste ano. Como esse é um segmento de alta concorrência e margem bruta de distribuição e revenda inferior a 20%, atitudes desonestas para burlar o fisco geram uma vantagem concorrencial brutal.

A outra razão é a extrema complexidade da tributação do setor, com contribuições federais que taxam produtos de mesma finalidade em níveis bastante distintos e o imposto estadual que também varia muito em todo o País. Em São Paulo, por exemplo, a gasolina comum paga 25% de ICMS, índice que chega a 34% no vizinho Rio de Janeiro. Tamanha diversidade acaba gerando muitas oportunidades para quem vive de burlar a lei e dificulta o trabalho da fiscalização.

Segmento é alvo de fraudes que afetam os consumidores, os concorrentes honestos e a arrecadação fiscal

Estudo da FGV mostrou que sonegação e inadimplência no setor provocam perda de R$ 4,8 bilhões por ano aos cofres públicos

Outra prática irregular que se tornou relativamente comum no setor é a atuação dos chamados devedores contumazes de tributos. São empresas que se constituem com o propósito de fazer do não pagamento de impostos a estratégia central do negócio.

Elas se munem de um aparato jurídico sofisticado. Para começar, não escondem suas vendas do fisco para não serem enquadradas na lei de sonegação fiscal, que tem penas mais rigorosas que incluem até prisão dos responsáveis. Declaram o faturamento, mas simplesmente não pagam os tributos. "Adotam o lema do ´devo, não nego, mas também não pago´', explica Helvio Rebeschini, diretor de Planejamento Estratégico e Mercado da Plural.

Essas empresas se beneficiam do fato de que as leis e a jurisprudência brasileiras não diferenciam de maneira clara o devedor eventual, que merece ser protegido dos exageros do fisco, do inadimplente contumaz. Assim, conseguem arrastar os processos na Justiça por vários anos, enquanto ganham mercado à custa dos concorrentes honestos, transferem os lucros para seus verdadeiros donos e deixam dívidas impagáveis para a pessoa jurídica registrada normalmente em nome de laranjas.

Um estudo da Fundação Getúlio Vargas divulgado em julho de 2017 mostrou que a sonegação e a inadimplência no setor de combustíveis provocam uma perda de R$ 4,8 bilhões por ano aos cofres públicos. E o diretor da Plural lembra que existem hoje cerca de R$ 60 bilhões inscritos na dívida ativa da União e dos estados referentes a tributos não pagos por empresas do setor. "A maior parte são irrecuperáveis", afirma Rebeschini.

Lei contra devedor contumaz

A Plural e o MCL, que conta com o apoio de vinte entidades, lideram ações para combater todas essas práticas ilícitas. O trabalho envolve desde campanha publicitária em veículos de grande circulação para mostrar a gravidade do problema até o apoio à elaboração de leis mais duras contra as empresas desonestas. Uma das iniciativas mais importantes nesse sentido foi a apresentação do Projeto de Lei do Senado 284/17, de autoria da senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS), que começou a tramitar no Congresso no ano passado.

O PLS regulamenta o Artigo 146-A da Constituição Federal, que foi apresentado e aprovado na revisão constitucional de 2003 com a participação do ETCO. O objetivo era permitir a criação de regimes especiais de tributação e fiscalização para combater vantagens indevidas perante os concorrentes como a que favorece o devedor contumaz. Para entrar em vigor, no entanto, o Artigo 146-A depende desde então de aprovação de lei complementar.

O projeto da senadora Ana Amélia distingue o devedor eventual, que demonstra disposição para quitar ou negociar seus débitos e não prejudica a concorrência, do inadimplente contumaz, que degrada o ambiente de negócios. E também permite criar regras específicas contra ele, como uma fiscalização mais rigorosa ou a exigência do recolhimento antecipado dos tributos.

As iniciativas da Plural e do MCL contam com apoio do ETCO, como ressalta o presidente executivo do Instituto, Edson Vismona. "Nós temos o quinto maior mercado de combustíveis do mundo. O setor contribuiu com mais de R$ 134 bilhões em impostos no ano de 2017, representando a principal fonte de tributos para os estados. Não é possível admitir que um segmento tão importante ainda conviva com tantos problemas", afirma Vismona. "Todo brasileiro que tem compromisso com a construção de um país mais forte e mais justo deveria se engajar nessa causa."

Raio X do setor

17	*refinarias*
3	*petroquímicas*
384	*usinas de etanol*
51	*produtores de biodiesel*
+ de 230	*importadores de Gasolina A e Diesel*
151	*distribuidores*
42.039	*postos revendedores*
125	*bilhões de litros vendidos em 2016*
R$ 400	*bilhões de faturamento*
R$ 134	*bilhões pagos em tributos*

O CARDÁPIO DOS **FRAUDADORES**

Confira as práticas ilícitas mais usadas por empresas inescrupulosas para ganhar dinheiro à custa do consumidor, do concorrente honesto e do fisco.

Adulteração de combustíveis: Mistura de substâncias mais baratas, com tributação menor, ou até mesmo água, no caso do etanol.

Bomba fraudada: Adulteração da bomba de abastecimento, que passa a marcar um volume maior do que o efetivamente colocado no tanque do veículo.

Combustível roubado: Venda ao consumidor de produto roubado durante o transporte ou mesmo de oleodutos da Petrobras.

Sonegação e inadimplência tributária: Empresas simulam operações para pagar menos impostos, como vendas interestaduais, realizam importações fraudulentas ou deixam de pagar tributos de maneira contumaz, ocultando os verdadeiros donos e deixando a dívida com laranjas.

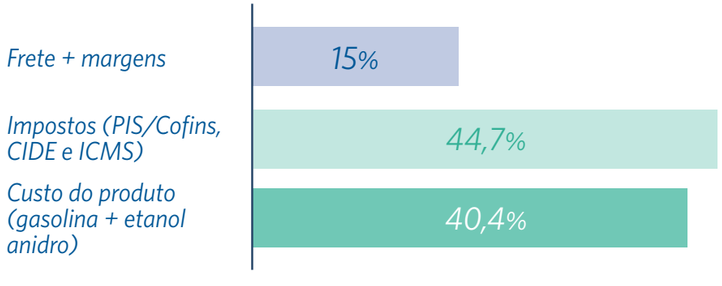
Imposto alto, margem reduzida

No setor de combustíveis, os tributos representam praticamente o triplo das margens somadas do distribuidor e da revenda. Concorrentes desleais que não pagam impostos podem reduzir os preços a ponto de inviabilizar a operação de empresas honestas. Veja o exemplo da gasolina:

Preço ao consumidor:*
R$ 4,21/l

**Semana de 18 a 24 de março de 2018*

Composição do preço



Fonte: ANP/ Esalq (CEPEA)/ Petrobras/ Cotepe

Objetivos, resultados e metas

Propósitos

- *Ser um fórum* permanente de discussões e propostas para combater o comércio irregular e aperfeiçoar o modelo tributário do setor.
- *Estimular o engajamento* popular e mobilizar os diversos *stakeholders*.
- *Sensibilizar a sociedade* quanto aos malefícios oriundos da sonegação e da inadimplência.
- *Disponibilizar* para a sociedade ferramentas participativas de apoio às causas do MCL.

Destaques do primeiro ano

- *Apoio ao Projeto de Lei* do Senado 284/17, apresentado pela senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS), que regulamenta artigo da Constituição que permite criar regimes especiais de tributação e fiscalização contra os devedores contumazes de impostos.
- *Criação ou revisão de leis* específicas contra o devedor contumaz em seis estados (GO, MG, MT, PE, PR e SP).
- *Aprovação de lei* contra fraudes nas bombas de combustíveis em quatro estados (BA, GO, PR e SP) e encaminhamento em outros quatro (ES, MG, MT e RJ).
- *Suporte para a realização* de forças-tarefa de fiscalização em oito estados (AL, GO, MA, MS, MT, PR, SC, SP) e no Distrito Federal.
- *Realização de eventos* para difundir as causas do Movimento no Rio, em São Paulo e no Distrito Federal, além de seminários com o judiciário estadual no Rio e na Bahia.
- *Campanha publicitária* em veículos voltados a influenciadores e redes sociais.

Principais metas para 2018

- *Apoiar a aprovação* do ICMS monofásico para o setor de combustíveis pelo Confaz, incentivando a uniformização das alíquotas.
- *Apoiar a tramitação* e a aprovação do PLS 284/2017.
- *Concluir a revisão* das normas para importação de combustíveis.
- *Concentrar a tributação* no elo da produção e importação.
- *Envolver órgãos* como Secretarias Estaduais da Fazenda, Procons e ministérios públicos estaduais nas forças-tarefa de fiscalização do setor.
- *Estabelecer novas* forças-tarefas e tornar as fiscalizações permanentes mais eficientes.
- *Rever as legislações* estaduais sobre fraude metrológica.
- *Equiparar as alíquotas* das correntes de derivados, naftas e solventes com as dos combustíveis afins.
- *Incentivar* o Legislativo Federal a aumentar as penas para o crime de receptação de carga roubada.
- *Ampliar a difusão* das causas do MCL para aumentar seu apoio na sociedade.

Brasileiros querem presidente mais duro no combate ao contrabando

Intenção foi apontada em pesquisa do Datafolha patrocinada pelo ETCO e revela conhecimento da ligação entre o mercado ilegal e a violência urbana

Em março, o ETCO patrocinou uma nova pesquisa do Datafolha sobre a percepção dos brasileiros em relação ao contrabando. Alguns resultados confirmaram o que já era conhecido: a população sabe que o contrabando financia o crime organizado, coloca no mercado produtos nocivos e rouba impostos de áreas como saúde, educação e segurança pública.

Uma novidade foi a revelação de que, nas eleições deste ano, os eleitores devem cobrar dos candidatos propostas para enfrentar o problema – e querem medidas mais duras do que as que vêm sendo adotadas até aqui.

A pesquisa mostrou que os brasileiros consideram que o País vem apresentando uma resposta fraca ao avanço do mercado ilegal. Para 79% dos entrevistados, por exemplo, o governo chega a ser conivente com o crime organizado em relação ao comércio de cigarros contrabandeados.

Tema eleitoral

Nesse contexto, as questões sobre o que esperam dos políticos que concorrem às eleições deste ano ganharam destaque. Nada menos do que 86% dos entrevistados afirmaram que não votariam em um candidato a presidente sem determinação para enfrentar o problema. A maioria também espera que o próximo governo e o Congresso aprovem e adotem medidas mais vigorosas, incluindo mais investimentos em controle de fronteira, leis mais duras e o fechamento de estabelecimentos comerciais que vendem produtos ilegais.

Chamou atenção também a opinião sobre como o Brasil deve tratar o Paraguai, principal origem dos produtos contrabandeados para cá. Nada menos do que 62% dos pesquisados aprovam uma medida extrema: fechar a fronteira entre os dois países.

Segundo o presidente executivo do ETCO, Edson Vismona, o estudo mostrou a importância que o tema vem ganhando. "No momento em que diversos estados atravessam crises na área de segurança, ficou claro na pesquisa que o brasileiro deseja que o governo atue de forma mais contundente e vai cobrar uma posição firme sobre o tema durante as eleições", afirmou.

A pesquisa foi realizada em 129 municípios entre os dias 5 e 8 de fevereiro. O Datafolha ouviu 2.081 pessoas acima de 16 anos. A margem de erro é de 2 pontos percentuais.

Óculos e relógios estão entre os produtos mais apreendidos

Os males que o contrabando provoca

Percentual de entrevistados que concordaram com cada afirmação

Reduz os empregos de brasileiros

Incentiva o crime organizado e o tráfico de drogas e armas

Reduz a arrecadação de impostos

Aumenta os riscos à saúde já que esses produtos não são fiscalizados pelo governo brasileiro

Prejudica o comércio e a indústria do Brasil

Como o problema deve ser enfrentado

Medidas que os entrevistados gostariam de ver o próximo presidente adotando

Mais investimentos nas ações de segurança nas fronteiras

Adoção de leis com penas mais duras para o crime de contrabando

Mais investimentos nas ações de combate ao mercado ilegal

Fechamento dos comércios que forem flagrados vendendo cigarros contrabandeados

"O brasileiro deseja que o governo atue de forma mais contundente e vai cobrar uma posição firme sobre o tema durante as eleições"

Edson Vismona, presidente executivo do ETCO

Produtos apreendidos: contrabando causou perdas de R$ 146 bilhões ao Brasil em 2017

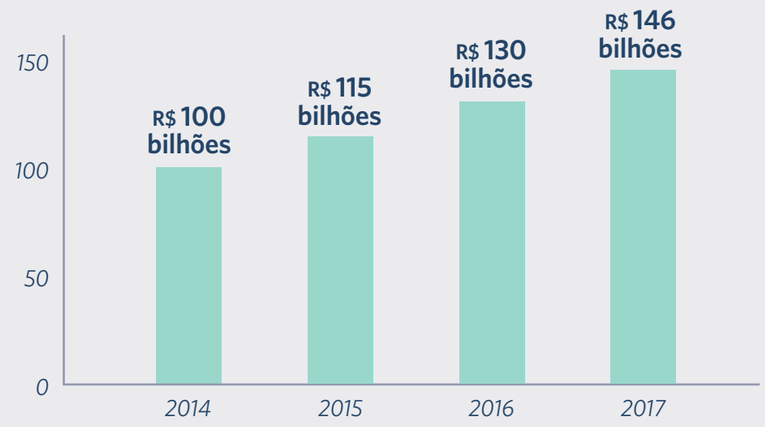
CRIME AVANÇOU **12% EM 2017**

O mercado ilegal teve mais um ano de expansão em 2017. Segundo levantamento do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), o prejuízo provocado pelo contrabando alcançou R$ 146 bilhões, número 12% maior do que o registrado em 2016. Esse valor inclui as perdas do setor produtivo e a evasão fiscal.

O mercado ilegal vem crescendo em ritmo forte nos últimos anos, impulsionado, principalmente, pelo avanço do contrabando de cigarros do Paraguai. Uma das causas foi a elevação de impostos no Brasil, que fez a carga tributária sobre o produto chegar a uma média de 71%, contra 16% no país vizinho. Desde 2011, a participação do cigarro ilegal subiu 20 pontos percentuais, atingindo praticamente a metade do mercado brasileiro (48%).

Perdemos cada vez mais

O prejuízo ano a ano



A importância do combate ao mercado ilegal

Seminário da Folha de S.Paulo patrocinado pelo ETCO reuniu especialistas e autoridades para buscar soluções para reverter o avanço do contrabando, da pirataria e da violência gerada por esses crimes

Evento trouxe vários pontos de vista sobre o tema

Por trás de cada banquinha que vende brinquedo, remédio, cigarro ou outro produto contrabandeado ou pirata existem quadrilhas organizadas. E são as mesmas que trazem também drogas, armas e munições para as facções criminosas que levam violência às cidades. Apesar disso, o Brasil não tem conseguido dar uma resposta à altura da gravidade do problema, como mostram os dados relativos ao crescimento do contrabando e da pirataria no País. Em um ano, segundo o Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade, o volume de negócios movimentado por esses crimes saltou de R$ 130 bilhões para R$ 146 bilhões.

Para entender as razões desse avanço e apontar soluções, o jornal *Folha de S.Paulo* e o ETCO realizaram no dia 20 de março, em Brasília, o seminário Segurança e Desenvolvimento – a Importância do Combate ao Mercado Ilegal. O evento reuniu representantes de entidades que estudam o tema e autoridades, como o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS), o deputado Efraim Filho (DEM-PB), o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Etchegoyen, o ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes, o diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Renato Dias, e o secretário adjunto da Receita Federal, Paulo Ricardo Cardoso.

Tratando de diversos aspectos da questão, eles traçaram um quadro amplo do problema, que mostra o que é preciso fazer para evitar que situações como a que obrigou o governo federal a decretar intervenção federal na área de segurança pública do Rio de Janeiro não se espalhem pelo Brasil.

Nas próximas páginas, você encontra um resumo das discussões.

Paulo Cardoso, Antônio de Sousa, Edson Vismona, Emanuele Ottolenghi e o mediador, Fernando Canzian

A importância de ir atrás do dinheiro dos criminosos

Especialistas detalharam o funcionamento da rede internacional que envolve até terroristas na lavagem de recursos de traficantes e contrabandistas

O trabalho dos órgãos de repressão que buscam apreender mercadorias e prender criminosos envolvidos com o mercado ilegal é essencial, mas não suficiente para combater o contrabando e o tráfico de drogas e armas. Para enfrentar as quadrilhas de maneira efetiva, é fundamental ir atrás das redes que movimentam o dinheiro obtido nesses crimes e unir forças com governos vizinhos para uma atuação conjunta.

Esse foi o tema do debate sobre Mercado Ilegal, Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, que integrou o seminário promovido pela *Folha de S.Paulo* e pelo ETCO. A mesa reuniu o secretário adjunto da Receita Federal, Paulo Ricardo Cardoso, o diretor de Inteligência do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Antônio Carlos Ferreira de Sousa, o diretor da Foundation for Defense of Democracies (FDD), Emanuele Ottolenghi, e o presidente executivo do ETCO, Edson Vismona.

O secretário adjunto da Receita lembrou que o órgão intensificou a repressão em fronteiras e estradas e vem apreendendo cada vez mais mercadorias contrabandeadas. Mas reconheceu que o problema continua aumentando. "Dá a impressão de que estamos enxugando o chão com a torneira aberta", comparou Cardoso. "Quanto mais se apreende, mais aparece." Segundo ele, o que a Receita e outros órgãos que atuam no combate ao contrabando e ao tráfico vêm percebendo é uma sofisticação cada vez maior das redes em torno desses crimes. "O sistema de distribuição das mercadorias é muito parecido com o das grandes empresas", contou.

Secar as fontes de dinheiro

Para enfrentar essas quadrilhas, ele defendeu o aprofundamento da estratégia de investir mais em inteligência e na integração entre os órgãos que combatem o contrabando e o tráfico internacional. Cardoso citou a prisão, em fevereiro, nos Estados Unidos, de Frederik Barbieri, considerado o maior traficante de armas para o Brasil, como fruto da troca de informações entre órgãos de inteligência dos dois países.

O diretor de Inteligência do Coaf falou sobre o papel da entidade nessa guerra. "É importante confiscar, prender, apreender mercadoria e prender o bandido, mas precisa secar as fontes de dinheiro, porque senão pode compensar para o bandido ficar preso e sair rico", argumentou Antônio de Sousa. "A nossa premissa de atuação é quebrar financeiramente os grupos criminosos, secar a fonte de financiamento que retroalimenta o crime."

A atuação tem como base as informações que bancos e outras instituições são obrigados por lei a enviar ao Coaf sobre determinados tipos de movimentação. Esse controle tem sido cada vez mais rigoroso. Um exemplo recente foi a redução de R$ 100 mil para R$ 50 mil do valor de transações bancárias feitas em dinheiro que as instituições financeiras são obrigadas a reportar ao órgão. "Recebemos anualmente 1,5 milhão de notificações dos bancos, que são analisadas e resultam em 7 mil relatórios de ocorrências suspeitas", contou o diretor de Inteligência. "Quando você suprime a capacidade de movimentar recursos e fazer pagamentos, as organizações criminosas sentem o baque."

Prisões feitas na Itália e nos Estados Unidos mostraram relações de contrabandistas e traficantes de drogas com o grupo terrorista Hezbollah

O relato do representante da Foundation for Defense of Democracies (FDD) revelou um aspecto assustador do contrabando e do tráfico de drogas: a sua ligação com o crime organizado e o terrorismo internacional. Emanuele Ottolenghi citou dois casos descobertos nos últimos anos, um na Itália e ou-

tro nos Estados Unidos, que associaram o comércio ilegal de drogas, armas e o contrabando na América do Sul com membros do grupo libanês Hezbollah, envolvido no financiamento de movimentos terroristas.

Comissão de 20%

De acordo com Ottolenghi, as investigações mostraram que organizações criminosas como a Máfia, na Itália, e o PCC, no Brasil, têm o domínio dos territórios em que estão inseridas. Mas contam com a estrutura internacional do Hezbollah para levar os produtos ilegais para locais distantes e fazer a lavagem do dinheiro do crime. Segundo ele, 1 quilo de cocaína comprado no Paraguai por US$ 4,5 mil é vendido por US$ 74 mil no Líbano, US$ 120 mil no Golfo Pérsico e US$ 250 mil na Austrália.

"Em 2015, nos Estados Unidos, agentes de polícia disfarçados se passaram por traficantes e pediram a um membro do Hezbollah que estava sendo monitorado para legalizar US$ 400 mil. O trabalho foi feito por uma taxa de comissão de 20%", contou. O estudo da FDD mostrando conexão entre contrabando, tráfico de drogas e armas, crime organizado e terrorismo foi apresentado ao Senado dos Estados Unidos no ano passado. No Brasil, teve pouca repercussão.

Contrabando interceptado pela Polícia Rodoviária Federal

Cigarros são o produto mais contrabandeado

O presidente do ETCO lamentou que o governo brasileiro tenha dado pouca importância às denúncias. "Já ouvi autoridades tentando minimizar o problema, dizendo que é lenda. Não dá para ficar tranquilo depois de ouvir que a maior organização criminosa do país está se juntando a uma organização terrorista internacional", afirmou Vismona.

Ele defendeu o fortalecimento do trabalho de inteligência e a integração entre as várias instituições com responsabilidade sobre o combate ao comércio ilegal. "É impressionante como os criminosos estão todos unidos no Brasil. Recentemente, ouvi a gravação completa de um delator da Lava-Jato que explicava como obtinha dinheiro vivo para fazer o pagamento de propinas. Uma parte ele conseguia com uma cervejaria famosa por sonegar impostos. Outra, com o comércio ilegal da região da 25 de Março, em São Paulo", contou Vismona.

O presidente do ETCO defendeu também maior integração entre os países para que a troca de informações e a atuação conjunta não se limite às instituições brasileiras, mas ocorra em nível regional. "Este ano, no segundo semestre, devemos ter a primeira reunião da Aliança Latino-Americana Anti Contrabando no Brasil (ALAC). Será uma boa oportunidade para aprofundarmos esses temas", sugeriu Vismona.

"Dá a impressão de que estamos enxugando o chão com a torneira aberta. Quanto mais se apreende, mais aparece"

Paulo Ricardo Cardoso, secretário adjunto da Receita Federal

Rodrigo Maia defendeu uma reforma do Estado

"O Estado brasileiro está imobilizado."

O presidente da Câmara considera urgente acabar com privilégios e atribuições menos importantes para liberar recursos públicos para segurança, saúde e educação

O Brasil já tem um bom diagnóstico sobre o mercado ilegal. Identificou as estruturas do contrabando, conhece as quadrilhas que comandam os crimes dos presídios, sabe onde está o comércio ilícito. Mas não consegue enfrentar esses problemas, principalmente, porque o Estado não tem mais dinheiro para exercer seu papel na área da segurança. Toda a receita está comprometida com o custeio da máquina pública. Para resolver de fato essas questões, é fundamental fazer uma reforma do Estado. Reduzir despesas e atribuições menos importantes e focar naquilo que realmente é essencial para o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade, como saúde, educação e segurança.

Essa foi a tônica do discurso que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, fez no seminário da *Folha de S.Paulo* patrocinado pelo ETCO. "Se não tivermos a coragem de enfrentar esses temas, continuaremos ano após ano vendo o avanço do contrabando, da falsificação, da violência", afirmou.

Segundo ele, os recursos do governo não atendem às necessidades mais importantes do País. "A gente sabe onde estão os problemas, a fronteira com mais problema, o ambiente com mais problema, onde estão as facções criminosas, como elas comandam o crime de dentro dos presídios, mas estamos todos imobilizados pela falta de gestão como um todo e muitas vezes por um orçamento que não atende a sociedade brasileira, atende poucos nichos do setor público e poucos nichos também do setor privado", disse.

Avanço em leis e agências reguladoras

Maia lembrou que projetos importantes de combate ao crime organizado, como os sistemas de controle de fronteiras terrestres e marítimas, estão atrasados por falta de verbas. E lamentou a situação do Rio de Janeiro, onde o descontrole atingiu o ponto de fazer muitas empresas desistirem até mesmo de vender seus produtos no estado, por causa do roubo de cargas e da violência urbana.

Embora considere que o problema se encontra mais na definição de prioridades e na reforma do Estado do que na falta de leis, ele reconheceu que são necessários também avanços na legislação – e prometeu apoiá-los. Citou projetos que vem colocando em pauta, como o PL 1530/2015, que endurece a pena para pessoas envolvidas em contrabando, aprovado na Câmara no início de março, e o PL 333/1999, de proteção à propriedade intelectual, além de estudos que vêm sendo feitos para aperfeiçoar a legislação sobre lavagem de dinheiro.

Outro tema importante para o ambiente de negócios tratado por Maia foi a situação das agências reguladoras. Ele criticou a falta de critérios para nomeação dos dirigentes dessas agências, que acabam entregues a interesses políticos menores. "Uma nomeação política não é necessariamente ruim", ressalvou. "O problema é que as regras para nomeação precisariam ser mais rígidas para que nós tivéssemos efetivamente a agência representando o Estado brasileiro, não o governo."

O presidente da Câmara falou também sobre a importância de se combater pequenos delitos que costumam ser tolerados, como o comércio de produtos ilegais em áreas conhecidas de muitas cidades. "Às vezes, um pequeno delito faz parte de uma rede muito maior", justificou. "Na cidade do Rio, na década de 1990, quando as ruas estavam ocupadas pelo comércio ilegal, havia uma utilização muito grande daquele ambiente degradado pelo tráfico de drogas."

Maia fez uma síntese da sua visão sobre o que precisa ser feito. "Que o Estado exerça um papel mais forte na regulação, nos serviços fundamentais, de educação, saúde e segurança, e também cumpra de forma mais efetiva seu papel na regulação e fiscalização. Que deixe de querer abraçar todos os temas e construa com o setor privado uma verdadeira parceria para que a gente possa ter condições de um crescimento sustentável a médio e longo prazo."

"A gente sabe onde estão os problemas, mas estamos todos imobilizados pela falta de gestão como um todo"

"Não dá para querer que só os membros do Congresso sejam éticos"

Ana Amélia Lemos falou sobre a defesa do mercado legal no Congresso

Senadora condenou hipocrisia de criticar os políticos e continuar comprando produtos piratas ou contrabandeados

O combate ao mercado ilegal que alimenta o crime organizado depende de vários fatores. A população precisa se conscientizar de que ética é para todos, não apenas para os políticos, e assim fazer sua parte não comprando produtos ou serviços ilegais. O governo precisa fortalecer as estruturas de repressão, investindo em tecnologia e inteligência. E é preciso rever também o excesso de impostos e de regulação sobre as empresas nacionais para reduzir sua desvantagem de preço em relação aos produtos contrabandeados ou piratas.

O diagnóstico foi feito pela senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS), que vem se destacando no Senado por sua atuação na defesa do mercado legal e da concorrência leal, no seminário promovido em parceria pela *Folha de S.Paulo* e o ETCO. Ela é relatora de um projeto de lei que combate o chamado "gatonet", ou ligações piratas de TV e internet (PLS 186/2013), coautora do PLS 85/2016, que aumenta as penas para o crime de contrabando, e relatora do PLS 284/2017, que aumenta o cerco para empresas que praticam concorrência desleal por meio do não pagamento de impostos.

Ana Amélia lembrou que seu estado, o Rio Grande do Sul, é especialmente afetado pelo contrabando de cigarros, que hoje domina praticamente a metade do mercado nacional. O problema afeta milhares de famílias da zona rural que vivem da produção de tabaco e as indústrias que atuam no estado. "Só espero que daqui a pouco elas não mudem para o mercado inimigo, porque o Paraguai está oferecendo vantagens e muitas empresas brasileiras estão se transferindo para lá", afirmou.

Conivência com práticas ilícitas

A senadora criticou a hipocrisia de pessoas que saem de "bandeirinha na mão e vão pedir que os políticos corruptos saiam do Congresso", mas ao mesmo tempo compram produtos piratas ou fazem ligações clandestinas de TV ou internet. "Não dá para terceirizar a ética, querer que só os membros do Congresso sejam éticos", afirmou. Um dos maiores desafios para combater esses ilícitos, segundo ela, está na "conivência e na tolerância impregnada no nosso comportamento e nas nossas atitudes".

Ela falou também sobre a repressão ao contrabando. Elogiou a Receita Federal por ter aumentando em mais de 9% o volume de apreensões de produtos ilegais em 2017, em comparação com o ano anterior. Mas contou ter ouvido de um especialista que "nossas fronteiras são como um queijo suíço", com várias brechas favoráveis à ação dos criminosos, e que com mais recursos seria possível triplicar o volume de apreensões. "Imagina os benefícios desse investimento", ponderou. Ana Amélia defendeu o uso de tecnologias modernas, como os drones, o aprofundamento da integração entre as forças que combatem esses crimes e mais investimentos em inteligência policial.

Em relação aos impostos e ao excesso de exigências para os produtos nacionais, usou como exemplo os defensivos agrícolas. Com base na experiência dos agricultores gaúchos, contou que há produtos que podem ser comprados na Argentina por um terço do preço praticado no Brasil. E disse que a diferença se deve, principalmente, a impostos e exigências maiores aqui do que lá. O mesmo que acontece com os cigarros paraguaios e que alimenta a indústria do contrabando.

Produtores de tabaco da zona rural gaúcha sofrem com o contrabando de cigarros

"O contrabando é um crime extremamente nocivo à sociedade"

Deputado que preside Frente Parlamentar em defesa do mercado legal diz o que é preciso fazer para enfrentar o problema

O deputado federal Efraim Filho (DEM-PB) é um dos parlamentares que mais se destacam na defesa do mercado legal brasileiro. Ele preside a Frente Parlamentar de Combate ao Contrabando, à Pirataria e à Falsificação, responsável por apresentar ou apoiar projetos de lei para proteger as empresas e os cidadãos brasileiros dos riscos do comércio ilegal.

Ele foi um dos convidados do seminário promovido pela *Folha de S.Paulo* e pelo ETCO. Em sua fala, lembrou da parceria da Frente Parlamentar com o Instituto: "A Frente se sente honrada por ter sido escolhida pelo ETCO para ser a contraparte legislativa do Instituto, o braço político na Câmara dos Deputados".

Efraim usou o crime de contrabando como exemplo da relação profunda que existe entre mercado ilegal e risco à segurança e ao desenvolvimento do País. A seguir, os principais pontos que ele abordou:

Efraim FIlho mostrou relação entre contrabando e criminalidade

Um crime que não tem nada de inofensivo

"Quando pensa no problema do contrabando, o cidadão muitas vezes se lembra daquele DVD pirata, do CD pirata vendido nas ruas, e diz: 'O rapaz só está trabalhando'. Só que quando a gente quebra essa casca superficial, quando vai fundo no crime de contrabando, muito além dos DVDs ou das cópias de bolsas de grife estendidas nas ruas, a gente encontra um crime extremamente agressivo e nocivo à sociedade. Ele financia o crime organizado e o narcotráfico, deteriora o mercado de trabalho formal. Inibe investimentos e fecha empresas que não aguentam a concorrência desleal com quem sonega impostos. Gera riscos à saúde e à integridade do consumidor. Quem não lembra, por exemplo, dos episódios de crianças que se sufocam com pecinhas de brinquedos que não têm controle de qualidade? Quem não se recorda, por exemplo, de remédios falsificados e contrabandeados que são vendidos aqui no Brasil e não oferecem a solução ao cidadão? Quando começamos a pensar em alimentos falsificados, em bebidas falsificadas, começamos a ver que defender o combate ao contrabando também é defender a vida."

Falta de rigor na defesa do mercado e do cidadão brasileiro

"O contrabando provoca R$ 146 bilhões de prejuízo ao País. E as soluções estão aqui debaixo do nosso nariz. No Brasil, muitas vezes existe a cultura que quer que as soluções sejam messiânicas. É um projeto de lei, é um discurso, é uma pessoa que vai resolver? Não. A solução é planejada, é sequenciada e segue um passo de cada vez. O combate ao contrabando traz situações casuísticas. Veja só: qual é a marca de cigarro mais vendida no Brasil hoje? Ela é contrabandeada. É a Eight, que vem lá do Paraguai, inclusive de propriedade do presidente [até agosto de 2018] Horacio Cartes. O governo brasileiro tem de ser mais incisivo, tem que chamar para si a responsabilidade de defender o seu setor produtivo, de defender seus empregos, de agir com rigor e dizer que não aceita esse tipo de agressão e de ofensiva no mercado brasileiro, sonegando impostos, retirando empregos do Brasil. Esse é um tema que vai muito além da mera segurança de fronteiras. É um tema de relação de governo e de soberania."

> **Nossas fronteiras são vulneráveis e só existe uma solução: mais recursos humanos, mais recursos tecnológicos e mais recursos financeiros**

Fatores essenciais para o combate efetivo ao contrabando

"Nossas fronteiras são vulneráveis e só existe uma solução, que se sustenta num tripé: mais recursos humanos, mais recursos tecnológicos e mais recursos financeiros. Sem isso, a gente ficará discutindo a relação de causa e consequência a vida toda. A intervenção no Rio é consequência, não é causa. A causa está nas fronteiras, por onde passam armas, drogas e mercadorias que alimentam o crime organizado. Há duas soluções importantíssimas, além de passar pelas fronteiras e pela sua vigilância. A primeira é a gestão integrada das polícias: deve haver comunicação vertical e horizontal, União, estados e municípios precisam conversar. Por fim, a questão do desenvolvimento social de fronteiras. Os jovens são os grandes atravessadores daquela fronteira, muitas vezes eles é que levam as mercadorias. Pensar em solução para esses jovens, dar a eles ocupação, qualificação, para que encontrem no mercado de trabalho uma atividade que não seja a de ser a mula, o aviãozinho dessas mercadorias."

Brasil estreita parceria com vizinhos para controle de fronteiras

Ministro do Gabinete de Segurança Institucional falou sobre ações que o governo está adotando para fortalecer o combate ao contrabando e outros crimes transnacionais

Sérgio Etchegoyen defendeu uso de tecnologias modernas

O combate aos crimes transnacionais, que incluem contrabando e tráfico de drogas e armas, é uma das prioridades definidas pelo Plano Nacional de Segurança Pública lançado no início do ano passado. Para isso, o Brasil tem investido em tecnologias de inteligência, em ações conjuntas entre órgãos nacionais que lutam contra esses crimes e em parcerias com os países vizinhos.

Esse foi o tema da apresentação que o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sérgio Etchegoyen, fez no seminário Segurança e Desenvolvimento, realizado pela *Folha de S.Paulo*, no dia 21 de março, em Brasília, com patrocínio do ETCO.

O ministro fez uma distinção entre pequenos delitos praticados nas regiões de divisa, que chamou de transfronteiriços, dos crimes transnacionais, que são o foco de atuação do governo. "O transfronteiriço é o pequeno contrabando, a pessoa que passa a delinquir com alcance praticamente limitado à sua área geográfica. Já o transnacional tem estruturas dos dois lados da fronteira, alcance nacional e muitas vezes internacional a partir do Brasil, e é ele obviamente a prioridade que foi estabelecida", explicou.

Falou ainda sobre as características e os desafios do monitoramento de mais de 16 mil quilômetros de fronteiras terrestres e mais de 7 mil quilômetros de fronteiras marítimas. "Temos fronteiras em áreas remotas, desabitadas, que não são definidas por acidentes geográficos claros, mas cortadas por rios penetrantes que vêm dos Andes e descem para formar a grande Bacia Amazônica. Temos fronteira seca com o Paraguai e um pedacinho com a Bolívia. Temos fronteiras claramente definidas por rios. A própria grandeza é o primeiro grande desafio", afirmou.

Investimentos em tecnologia

Etchegoyen lembrou, no entanto, que o País tem uma vantagem em relação a outras nações: a boa relação entre os países vizinhos e a inexistência de conflitos. "Em nenhum metro nós identificamos as tragédias fronteiriças que existem mundo afora: a exclusão, o ódio, as disputas, o preconceito. Nossas fronteiras são sólidas, não há discussões em relação a elas e a maturidade que conseguimos alcançar na relação com os dez países com os quais fazemos divisa permitiu que desenvolvêssemos e tenhamos hoje fronteiras muito mais voltadas à cooperação, à integração", comentou.

No litoral, segundo ele, o desafio é monitorar os portos, que constituem um palco importante para a prática de crimes transnacionais, sobretudo o tráfico de drogas para Europa e Estados Unidos.

Tecnologia é fundamental

O ministro ressaltou que só é possível fiscalizar áreas tão extensas com uso intenso de tecnologia. "Não há a menor possibilidade de monitorar fronteiras terrestres e marítimas tão largas sem utilização de tecnologia", afirmou. Ele citou investimentos que vêm sendo feitos para desenvolver o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (Sisfron), para áreas terrestres, e o Sistema de Gerenciamento do Tráfego de Embarcações projetado pela Marinha, que utiliza informações de satélites e radares para acompanhar as movimentações navais.

Etchegoyen afirmou que o Brasil vem procurando desenvolver esses sistemas em parceria com os países vizinhos, seja para melhorar a eficiência do controle, seja para otimizar os investimentos. "Não faz sentido, do ponto de vista do contribuinte, que o Brasil faça o seu sistema e a alguns quilômetros, em paralelo, a Argentina tenha o seu, que vão se sobrepor, redundar", justificou. Segundo ele, conversas no sentido de integrar o controle de fronteiras e o combate aos crimes transnacionais vêm evoluindo com praticamente todos os vizinhos, com exceção da Venezuela, que enfrenta graves problemas políticos e sociais internos e está fora das negociações.

O ministro informou que as negociações sobre integração dos sistemas de monitoramento estão mais avançadas com a Argentina e a Colômbia. E garantiu que o Paraguai, origem da maior parte do contrabando para o Brasil, está aperfeiçoando seus sistemas de inteligência para reforçar o combate aos crimes transnacionais.

Nelson Marchezan Júnior, Isabel Figueiredo, Jonas Donizette e o jornalista Fernando Canzian

As cidades contra o contrabando

Prefeitos de Porto Alegre e Campinas e especialista em segurança debateram como melhorar a eficiência da repressão ao mercado ilegal

Embora envolva um crime de fronteira, cuja vigilância é de responsabilidade federal, e seja praticado por grupos criminosos que devem ser combatidos pelas polícias estaduais, na ponta final, o contrabando geralmente acontece em espaços públicos. E, pela lei, o controle de uso dessas áreas cabe às prefeituras. Esse foi o tema do debate sobre Contrabando e o Avanço da Criminalidade nas Cidades que integrou o seminário Segurança e Desenvolvimento – A Importância do Combate ao Mercado Ilegal promovido pela *Folha de S.Paulo* e pelo ETCO.

A mesa teve a participação de dois prefeitos que aderiram no ano passado ao Movimento Legalidade, Nelson Marchezan Júnior (PSDB), de Porto Alegre, e Jonas Donizette (PSB), de Campinas, que é também presidente da Frente Nacional de Prefeitos. O Movimento Legalidade é um projeto coordenado pelo ETCO e pelo Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP) que ajuda as prefeituras participantes a integrar suas forças de combate ao mercado ilegal a órgãos estaduais e federais que também atuam na repressão desses crimes. O debate contou também com a participação da pesquisadora Isabel Figueiredo, membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Para o prefeito de Porto Alegre, o ponto crítico da luta contra o mercado ilegal é a integração de informações entre diferentes órgãos responsáveis pela fiscalização e repressão aos crimes. Segundo ele, na era do Big Data, a quantidade gigantesca de dados em poder de prefeituras, órgãos fazendários estaduais e federais, instituições como o Banco Central, a Receita Federal e o Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), além das diferentes polícias, poderia tornar o combate ao contrabando muito mais eficiente do que ele é hoje.

Já o prefeito de Campinas lembrou o tamanho do prejuízo que o mercado ilegal provoca no orçamento municipal. "Se não houvesse o problema do contrabando, as cidades teriam uma receita adicional equivalente à arrecadação do IPTU", comparou Donizette. Ele falou também da distinção entre comércio popular e mercado ilegal. "Uma coisa é aquela senhora que faz trabalhos manuais e vende na feirinha da cidade, outra coisa é aquele grupo organizado que explora o sujeito que está lá na ponta vendendo, mas por trás disso há uma cadeia envolvida em atividades criminosas. Para essa atividade não dá para ter o mínimo de tolerância", disse.

Conscientizar a população

Donizette ressaltou a importância da atuação das prefeituras na repressão ao mercado ilegal. "Esses comércios quase sempre se dão em locais movimentados e o município tem o poder de polícia sobre o solo – e aí entra o trabalho das prefeituras de disciplinar esse uso". Ele tratou também da importância de conscientizar a opinião pública sobre os prejuízos que o contrabando provoca ao País. "Precisamos trabalhar muito a parte cultural do nosso povo, fazer que entenda que aquele produto que ele compra mais barato pode causar muito transtorno, muito problema para a própria comunidade onde ele vive."

Isabel Figueiredo, pesquisadora do FBSP, criticou a maneira improvisada com a qual o Brasil enfrenta a criminalidade. Fazendo uma analogia com o futebol, ela disse que a gestão da segurança pública costuma atuar como um time amador. "Quando aparece uma crise, sai todo mundo correndo junto atrás do problema como fazem os jogadores em uma pelada de várzea", comparou.

Na opinião dela, por uma combinação de fatores, como a intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro, o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco (PSOL) e as eleições deste ano, o Brasil talvez esteja em um momento especialmente oportuno para o enfrentamento desse problema. "Nunca se falou tanto de segurança pública quanto está se falando agora", afirmou.

A especialista cobrou dos políticos a criação de um sistema nacional que estabeleça claramente as atribuições dos diferentes entes da federação e de cada instituição em relação à segurança pública, a integração entre eles e suas fontes de financiamento, nos mesmos moldes do que existe na área da saúde com o SUS. "A ausência de um marco macro é a principal causa de não termos políticas públicas mais efetivas e continuadas", explicou Isabel Figueiredo. "É o que permite que cada governante mude o plano e passe a jogar de um jeito completamente diferente do seu antecessor."

O que é preciso para melhorar o controle de fronteiras?

Diretor da Polícia Rodoviária Federal e ministro do TCU apontaram as necessidades mais urgentes e importantes

Augusto Nardes, Renato Dias e o mediador

Mais recursos humanos, mais inteligência, mais tecnologia, mais integração entre as forças de repressão e mais acordos de segurança com países vizinhos. Essas são algumas das principais deficiências do Brasil no monitoramento de fronteiras e no combate ao contrabando e ao tráfico de drogas e armas. Elas foram apontadas pelo diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF), Renato Dias, e pelo ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), no debate sobre Controle de Fronteiras do seminário realizado pela *Folha de S.Paulo* com patrocínio do ETCO.

A Polícia Rodoviária Federal tem a atribuição de monitorar as estradas de modo a evitar que os criminosos que cruzam as fronteiras transportem contrabando, drogas e armas pelo País. No último ano, segundo o diretor-geral, o órgão aumentou o número de apreensões de itens como cigarros, eletrônicos, agrotóxicos, drogas e munição graças aos investimentos em tecnologia e inteligência.

Dias citou o sistema Alerta Brasil, que registra as placas dos veículos que trafegam em várias rodovias brasileiras e analisa automaticamente os dados por meio de programas de inteligência, apontando casos suspeitos. Emite alertas, por exemplo, quando identifica um carro e um caminhão andando juntos por mais de 200 quilômetros ou quando registra dois veículos com a mesma placa trafegando em locais distantes, sinal de que um deles é clonado, práticas comuns no contrabando. "Antes, a cada dez abordagens que a PRF fazia, apenas uma identificava irregularidade. Hoje, esse índice é de uma em três", relatou.

Faltam policiais

Mas ele reconheceu que há muito para avançar em termos de tecnologia e integração. E chamou a atenção para a deficiência em recursos humanos. Segundo Dias, a PRF conta hoje com 10 mil policiais, de 13 mil previstos em lei – há três mil cargos vagos por falta de autorização para a realização de concurso público. Pior: a previsão é de que 1,5 mil agentes se aposentem até o fim deste ano, o que deve reduzir ainda mais o contingente.

O ministro Augusto Nardes, relator de um processo de auditoria que o TCU vem fazendo nos últimos anos em relação ao controle das fronteiras, falou sobre a necessidade de haver mais integração entre as forças de repressão. Ele lembrou que existem treze instituições responsáveis por algum aspecto do problema e que não há um plano nacional para coordenar e integrar o trabalho delas. "Se não tiver política integrada, não tem como combater o crime que está se alastrando em todo o Brasil", disse.

Nardes criticou a falta de empenho do Ministério das Relações Exteriores em atuar de forma mais enfática na pauta do combate ao contrabando por meio de negociações com os países vizinhos. "Está na hora de o Itamaraty tomar uma atitude e começar a trabalhar em conjunto para os acordos binacionais acontecerem", cobrou.

O ministro falou também sobre a necessidade de melhorar a governança das instituições públicas e da adoção de políticas públicas para desenvolver as regiões de fronteira, temas que havia abordado no início de março no seminário Tributação e Desenvolvimento Econômico, também patrocinado pelo ETCO (veja matéria nesta edição).

Contrabando de cigarros apreendido pela Polícia Rodoviária Federal

SEGURANÇA e DESENVOLVIMENTO

O país que os brasileiros merecem é aquele onde há respeito à dignidade das pessoas, com defesa da vida, do bem-estar das famílias e de um ambiente propício para empreender e gerar emprego e renda.

O Movimento em Defesa do Mercado Legal Brasileiro – constituído por cerca de setenta entidades e coordenado pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) e pelo Fórum Nacional Contra a Pirataria e Ilegalidade (FNCP) – se une com o governo federal, o Congresso, entidades empresariais e públicas para, juntos, lutar de forma contundente e permanente contra todas as formas de transgressão que afetam a segurança do nosso país e restringem o seu desenvolvimento econômico e social, em especial aquelas que alimentam o mercado ilegal e servem de fomento para a expansão do crime organizado. A criminalidade se tornou sistêmica e merece uma solução à altura de sua dimensão. Em 2017, **as perdas com contrabando, falsificação, pirataria e evasão fiscal no Brasil alcançaram R$ 146 bilhões.** Este volume de recursos gerado pelo mercado ilegal financia as organizações criminosas, que se fortalecem cada vez mais, atuando nas fronteiras, estradas e nas cidades, ocupando espaços, afrontando o poder do Estado e aumentando a violência nos nossos municípios.

Além de municiar as facções criminosas, o mercado ilegal se entrelaça com a corrupção, o roubo de cargas, o tráfico de drogas e de armas e a lavagem de dinheiro. A segurança é afetada e os investimentos são reduzidos, em um círculo vicioso que afeta a geração de emprego e renda, impedindo o crescimento sustentável do país.

Os fatos que vêm ocorrendo no Rio de Janeiro, nas fronteiras – especialmente com o Paraguai – e nos presídios demonstram que é urgente articular ações permanentes. As iniciativas governamentais têm sido reconhecidas pelo setor produtivo e também pela sociedade, quando são adotadas práticas efetivas contra o crime organizado.

Queremos aqui reafirmar nosso compromisso na defesa dos interesses nacionais e na luta contra toda forma de ilegalidade. Este é um fundamento da democracia, e conclamamos hoje o governo federal e os candidatos que concorrerão na eleição deste ano a assumir os compromissos aqui apontados para assegurar direitos básicos e combater desvios de conduta inaceitáveis em nosso país, protegendo este grande patrimônio que é o povo brasileiro e o seu setor produtivo.

ASSIM, COM BASE EM DOIS POSTULADOS BÁSICOS:

I. Defesa da legalidade, com UM PROGRAMA EFETIVO DE SEGURANÇA PÚBLICA integrando a administração pública por meio de ações coordenadas e envolvendo a União, os Estados e Municípios, com participação da sociedade civil no combate ao contrabando e ao descaminho, à pirataria, à falsificação, às fraudes, à sonegação fiscal, o roubo de carga e a lavagem de dinheiro.

II. Estímulo ao DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO por meio de incentivos para a maior formalização das atividades econômicas; a simplificação do sistema tributário em todos os níveis; diminuição da carga tributária que onera o cidadão; e o aperfeiçoamento da gestão pública, obedecendo as melhores práticas de governança existentes.

DEFENDEMOS OS SEGUINTES PONTOS:

1. Incentivar a desburocratização, reduzir a tributação e as obrigações acessórias, bem como eliminar as regulamentações excessivas que induzam ao aumento da ilegalidade.

2. Fortalecer o combate às práticas dolosas de sonegação fiscal, evidenciadas na ação de devedores contumazes e em fraudes.

3. Dotar a Polícia Federal, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal e as Forças Armadas, especialmente nas áreas fronteiriças, de recursos financeiros, humanos e tecnológicos.

4. Investir em programas de controle e monitoramento do lago de Itaipu e das estradas, com a ampliação do "Sistema Alerta Brasil" da Polícia Rodoviária Federal e promoção da integração com os sistemas já existentes nas rodovias estaduais, além da implantação do sistema de controle de monitoramento do lago de Itaipu (EMGEPRON/Marinha) de forma integrada ao SISFRON, na fronteira do Paraguai, consolidando os meios para combater o roubo de carga e o contrabando/descaminho.

5. Proibir o contingenciamento de recursos orçamentários destinados às atividades de segurança pública.

6. Apoiar a revisão e aprovação de leis: voltadas para o combate ao crime organizado; que punam com rigor crimes cometidos contra autoridades de segurança; que assegurem a segurança jurídica na defesa de marcas e o cumprimento de regulamentos técnicos; que garantam a defesa dos direitos de propriedade intelectual, incluindo o combate às ligações clandestinas de TV e o bloqueio judicial de sites precipuamente dedicados à prática de crimes.

7. Criar e manter centros integrados de inteligência e controle nas fronteiras e em pontos estratégicos nas rotas rodoviárias (internacionais e interestaduais), com a participação das forças policiais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícias Estaduais), da Receita Federal e das Forças Armadas.

8. Destinar os recursos necessários para a implementação das ações já estabelecidas pelo Programa de Proteção Integrada das Fronteiras (PPIF).

9. Fomentar ações de intercâmbio de informações com países fronteiriços, estimulando as ações coordenadas para o combate ao crime transnacional.

10. Fortalecer as ações de inteligência aduaneira em portos e aeroportos para o eficaz combate às práticas de contrabando/descaminho, contrafação, subfaturamento e declarações fiscais ou de conteúdo falsas.

11. Desenvolver o intercâmbio de informações entre os Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo e Ministérios Públicos Federais e Estaduais, definindo programas de inteligência e articulação de gestão, com formação de Forças-Tarefa, fortalecendo as ações de combate à lavagem do dinheiro originado pelo mercado ilegal.

12. Criar gabinetes integrados de segurança nas cidades, com a participação das forças de segurança federal, estadual, municipal e sociedade civil, articulando ações de combate ao crime organizado que atua no comércio ilegal, fraudes, roubo de carga, tráfico de drogas, armas e trabalho escravo.

13. Institucionalizar a interação da aduana brasileira com os órgãos anuentes, fazendo com que as regulamentações sejam válidas não só para os produtos aqui fabricados, mas também para os importados.

14. Fortalecer a fiscalização das agências reguladoras, privilegiando a estrutura técnica, dotando-as com os recursos necessários para que combatam o comércio ilegal, inclusive na internet, que ignora os regulamentos técnicos, causando concorrência desleal e prejuízo aos consumidores.

15. Apoiar e incentivar a adoção de mecanismos eficazes de controle de produção e rastreabilidade que permitam a identificação da originalidade dos produtos, combatendo o comércio de produtos falsos, roubados ou a produção com a prática da sonegação fiscal.

16. Agilizar o registro e a proteção efetiva da propriedade intelectual, fortalecendo a ação do INPI.

Estamos certos que tais iniciativas melhoram a segurança pública e contribuem para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL ETCO 15 ANOS

FNCP Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade

Um carimbo cada vez mais cobiçado

Aumento da procura pelo Pró-Ética mostra o sucesso da iniciativa que busca prevenir a corrupção valorizando os programas de *compliance* das empresas.

Em dezembro passado, o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) anunciou os nomes de 23 companhias que foram aprovadas no Pró-Ética 2017. Elas ganharam o direito de exibir o selo que atesta boas práticas de *compliance* após uma profunda avaliação realizada por auditores da CGU. O reconhecimento, que vale até a próxima edição do Pró-Ética, não dá direito a nenhum privilégio em negociações com o governo e tampouco significa que estejam imunes à corrupção. Mas mostra que estão adotando medidas preventivas necessárias para prevenir o mau caminho.

O Pró-Ética foi criado em 2010 pela CGU e pelo Instituto Ethos e vem ganhando cada vez mais importância. O número de empresas aprovadas em 2017 pode até não passar essa ideia, afinal, um ano antes, o selo havia sido concedido a 25 companhias – duas a mais. Mas isso só mostra o aumento no rigor do trabalho dos técnicos responsáveis pela avaliação. O que realmente prova que o selo está mais cobiçado é o crescimento do número de interessados.

Para participar do Pró-Ética, as empresas precisam percorrer várias fases. Primeiro, devem pedir acesso ao sistema do projeto. Lá, preenchem um trabalhoso questionário detalhando todos os mecanismos do seu programa de *compliance*. Uma análise inicial dessas informações mostrará se estão ou não aptas a seguir em frente no processo, passando para a etapa de avaliação individual, realizada por técnicos da CGU.

Só então os auditores e o Comitê Gestor do Pró-Ética, que inclui também o ETCO, a Apex Brasil, a B3, a CNI, o Sebrae, o Ibracon, a CNC, a Febraban e a CNA, chegam à decisão final. Em todas essas fases, o número de candidatos tem praticamente dobrado a cada ano. Em 2017, 375 companhias solicitaram acesso ao sistema de inscrição (contra 195 um ano antes); 198 finalizaram o preenchimento do questionário (contra 91) e 171 foram efetivamente auditadas (74, em 2016).

Lei Anticorrupção

A evolução do Pró-Ética acompanha as mudanças no campo do combate à corrupção que vêm ocorrendo no Brasil nos últimos anos. Um marco importante foi a aprovação, em 2013, da Lei nº 12.846/13, que ficou conhecida como Lei Anticorrupção ou Lei da Empresa Limpa, e de outros instrumentos legais criados para regulamentar sua aplicação, como as regras para os acordos de leniência. Eles endureceram as penas para empresas envolvidas em corrupção, mas também as incentivaram a adotar programas de integridade bem-estruturados, que passaram inclusive a ser considerados como atenuantes para efeito de cálculo de multas.

O diretor de Promoção da Integridade da CGU, Renato Capanema, conta que, antes da Lei Anticorrupção, poucas empresas se sentiam estimuladas a desenvolver programas de *compliance* realmente efetivos – em geral, esse grupo se restringia a multinacionais, que recebiam essa determinação de suas matrizes, por conta de políticas internas ou mesmo de legislações vigentes em outros países.

Nos últimos anos, segundo ele, tem aumentado o número de setores com empresas que se candidatam ao selo. E o porte das companhias também está mais variado. "Se no início só víamos projetos de grandes multinacionais, agora até pequenas empresas têm demonstrado interesse em obter o selo", diz Capanema.

Em três anos, o número de empresas que se inscreveram no programa em busca do reconhecimento saltou de 56 para 198

Incentivo às boas práticas

No mercado, o selo é considerado um importante estímulo para o fortalecimento dos programas de integridade. Renato Santos, coordenador do curso de MBA de Gestão de Risco e Compliance da Trevisan Escola de Negócios, elogia a iniciativa. "O incentivo ao *compliance* não pode se restringir à punição das empresas que não o adotam. O reconhecimento das boas práticas também é fundamental", afirma.

O crescimento do interesse em obter o selo vem elevando também o rigor do Pró-Ética na avaliação dos candidatos. "Com a procura maior, fomos subindo a régua", justifica o diretor da CGU. "Por isso, apesar do número de inscritos ter crescido, seguimos aprovando praticamente a mesma quantidade de projetos."

Para Santos, da Trevisan, esse é um fator bastante positivo. "Um selo como esse não pode ser algo para a empresa simplesmente melhorar sua imagem.

É preciso que os organizadores demandem medidas efetivas dos participantes."

Um dos pontos mais importantes da estrutura do programa é a devolutiva enviada para todos os participantes. Mesmo aqueles que não são aprovados ficam sabendo o que precisam melhorar para fortalecer o seu programa de integridade e aumentar as chances em uma futura candidatura ao Pró-Ética.

Alguns dos problemas mais comuns, segundo Capanema, estão relacionados com a subordinação da área de *compliance* a algum departamento da empresa e não diretamente à alta cúpula, o que dificulta uma atuação independente. Outra deficiência recorrente é o descompasso entre o programa e os riscos reais a que a empresa está exposta. "Já pegamos alguns casos de companhias que faziam muitos negócios com o setor público, mas não previam em suas políticas de *compliance* como deveria ser o relacionamento com agentes do governo", diz Capanema.

Em geral, as empresas que recebem o *feedback* apresentam evolução nos anos seguintes. "Algumas medidas são realmente mais trabalhosas, mas levamos em consideração o que houve de evolução de um ano para o outro", ele afirma. "Da mesma forma, uma empresa que recebeu o selo em um ano pode não conquistá-lo novamente na edição seguinte se apenas mantiver as mesmas práticas, sem nenhuma evolução concreta." Das 25 empresas que receberam o selo em 2016, 17 conseguiram repetir o feito na edição mais recente.

Tempo de maturação

Não são apenas as empresas que têm obtido aprendizados valiosos ao longo da história do Pró-Ética. A própria CGU tem tirado lições importantes do relacionamento com elas. "Vimos quantas companhias se inscrevem para receber o nosso *feedback*, mesmo sabendo que ainda não estão prontas. Isso deve, inclusive, trazer mudanças para a próxima edição, para deixar esse processo mais eficiente", diz Capanema. Por causa da reformulação em curso, as inscrições para a próxima edição foram adiadas do primeiro para o segundo semestre, em data a ser divulgada pela CGU.

As empresas Pró-Ética 2017

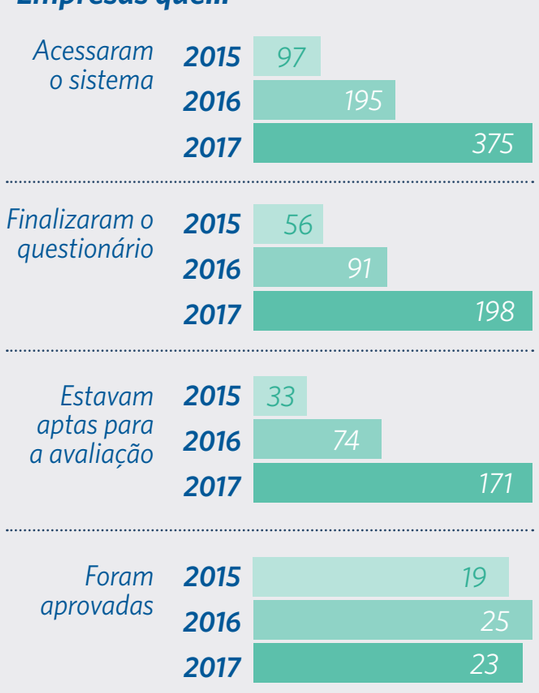
3M*, ABB*, Chiesi*, CPFL Energia, enel*, EY, GranEnergia*, ICTS*, neoenergia*, Novaisb*, Souza Cruz*, Tecnew*, Alubar, ccee*, Duratex*, Elektro*, Grupo Fleury, GranBio*, Itaú*, natura*, radix*, Siemens*, Unimed*

*Empresas que já haviam conquistado o selo em 2016

Fonte: CGU

Procura vem dobrando a cada ano

O número de candidatas no início e em cada fase do rigoroso processo de seleção



Fonte: CGU

DE ONDE SÃO AS EMPRESAS AVALIADAS

Em 2017, o programa avaliou candidatas de treze estados.

SP	RJ	MG	DF	BA	RS	SC	AM	PR	PE	CE	ES	PA
81	19	16	14	11	10	7	4	2	2	2	2	1

Fonte: CGU

Por que não nos tornamos um país rico?

Marcos Lisboa, presidente do Insper

O economista Marcos Lisboa fala sobre os erros que o Brasil vem repetindo há setenta anos e o que precisa ser feito para acelerar o desenvolvimento

O economista Marcos Lisboa reúne um conjunto raro de qualidades. Tem formação acadêmica sólida, que inclui doutorado em economia pela Universidade da Pensilvânia e um período como professor na Universidade de Stanford. Ocupou cargos relevantes no governo, como o de secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda de 2003 a 2005 e o de presidente do Instituto de Resseguros do Brasil. E tem também carreira de sucesso na iniciativa privada: foi vice-presidente do Itaú-Unibanco e hoje preside o Insper, um centro universitário que procura repetir no Brasil o exemplo das mais importantes universidades privadas dos Estados Unidos.

Lisboa se destaca ainda por ser um aplicado pesquisador e apaixonado debatedor dos problemas brasileiros. Em março, ele foi o convidado especial de um encontro do Conselho Consultivo do ETCO, grupo constituído por grandes nomes dos setores empresarial, jurídico e acadêmico, que se reúne periodicamente para discutir os rumos do País e orientar a atuação do Instituto.

Ele fez uma palestra em que falou sobre os erros que o Brasil insiste em repetir periodicamente desde os anos 1950 e que culminaram com a última recessão econômica. Comentou também as perspectivas da gravíssima crise fiscal que o País atravessa e discutiu as causas mais profundas do nosso atraso cada vez maior em relação às nações desenvolvidas.

A seguir, os principais trechos dessa análise.

O diagnóstico errado sobre as razões do nosso atraso em relação aos países desenvolvidos.

Marcos Lisboa: Na América Latina em geral, e no Brasil em particular, se criou uma ficção a partir do fim dos anos 1940, começo dos anos 50, de que éramos pobres porque éramos explorados pelos países ricos. Essa exploração aconteceria de duas maneiras: uma, com as multinacionais que vinham para cá, ganhavam rios de dinheiro e transferiam os lucros para fora; e outra, via o comércio internacional, que perpetuaria a nossa pobreza nos fazendo exportar alimentos e matérias-primas sem valor e importar produtos industrializados.

O curioso é que a gente inventou essas teses e ninguém sentou para olhar os dados – e eles contam outra história. Naquela época, a Light era a maior multinacional no Brasil. Como é uma empresa de capital aberto, as informações são públicas. Elas mostram que a Light tinha taxa de retorno (*equity return*) de 4% ao ano no Brasil – um índice bastante modesto. Menor do que obtinha em outros países. Não existia essa transferência de lucro tão extraordinária, e criamos essa fantasia.

A outra tese dizia que os itens que exportávamos tendiam a cair de preço, enquanto os produtos industrializados valeriam cada vez mais. Então a receita para o crescimento era fechar a economia, dar subsídios para as empresas e produzir tudo aqui. De novo, faltou combinar essa história com a realidade. Os dados mostram que nos últimos 120 anos os preços agrícolas oscilaram muito, mas ora para cima, ora para baixo, com tendência de regressão à média. Já os produtos industriais, desde a Segunda Guerra, caem constantemente num ritmo em torno de 4% ao ano.

Os prejuízos de fechar a economia e conceder vantagens para desenvolver artificialmente empresas nacionais.

Marcos Lisboa: O Brasil quebrou três vezes: nos anos 1950, nos 70 e agora. E as três da mesma maneira, com a ilusão de que, não importa o que aconteça no mundo, você consegue fazer o País continuar crescendo por meio de uma política protecionista. A história foi mais ou menos a mesma. Você fecha a economia, o Estado investe ou concede subsídios e incentivos para empresas nacionais, a economia tem um momento de crescimento, cheio de ineficiência, aí acontecem duas coisas. Uma é a deterioração do quadro macroeconômico: o governo investe nesses projetos, aí acaba o dinheiro, então cria desoneração tributária, as contas públicas entram no vermelho, o investimento cai, a inflação volta.

A outra consequência é microeconômica. Numa economia fechada, as empresas se tornam muito ineficientes. Não é necessariamente culpa delas – a companhia pode até ser muito boa, mas é obrigada a comprar uma máquina nacional que não tem a mesma qualidade da alemã, por exemplo. E a produtividade permanece lá embaixo, enquanto as mesmas indústrias se tornam mais eficientes em outros países.

Exemplos como a Lei de Informática dos anos 1980 e as recentes tentativas de recriar a indústria naval e a indústria automobilística no Brasil.

Marcos Lisboa: Um exemplo foi a Lei de Informática dos anos 1980. Um desastre. O mundo inteiro estava abrindo as barreiras para o comércio de informática naquela época, mas o Brasil queria forçar o desenvolvimento da indústria nacional. Até a Índia, um país ultrafechado, tinha aberto o mercado. Por quê? Porque não estavam preocupados com onde o computador era montado. Eles diziam: "Eu quero que toda criança tenha um *laptop*. Quanto mais barato, melhor. Para formar a nova geração". Mas resolveu-se que teríamos indústria de computadores brasileiros. E o que

aconteceu? Eram computadores velhos, caros, ultrapassados. E toda a estrutura produtiva pagava por isso.

Agora, quiseram recriar a indústria naval brasileira, proteger a indústria automobilística e induzir investimentos com desonerações tributárias – e nada deu certo. As contas públicas saíram dos eixos, os preços começaram a subir, aí tentaram conter a inflação sem aumentar os juros, segura preço de combustível, mexe aqui, intervém ali, e você vai ficando com uma estrutura produtiva ineficiente. É óbvio que todo mundo quer crescer. A questão é saber se você consegue ou não, se é sustentável, se é saudável.

"Programa Inovar Auto foi um fracasso"

Os efeitos do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e do Inovar Auto.

Marcos Lisboa: É fácil verificar como o PSI foi um fracasso. Basta uma pesquisa como aquelas que são feitas para testar um novo remédio: você analisa dois grupos, um que usou a droga e o outro que não usou, e vê os resultados. No universo das grandes empresas de capital aberto, não há diferença do nível de investimentos entre as que usaram e as não usaram os créditos subsidiados do BNDES. Já as pequenas empresas investem, mas investem mal, como foi o caso do Finame para caminhões. Usou-se uma quantidade imensa de dinheiro, houve uma invasão enorme de caminhões, e hoje a ociosidade deles está em 50%, 60%. Só com o PSI, o Brasil jogou US$ 100 bilhões no lixo.

Outro fracasso foi o Inovar Auto, que além de não gerar o efeito esperado ainda foi condenado pela OMC. Quem nos últimos quarenta anos tentou montar uma cadeia completa de indústria automobilística num país? Ninguém tentou isso. Você não monta uma cadeia completa. A razão é óbvia. Pega o exemplo de um carro de luxo: você vai montar uma fábrica para produzir mil unidades no Brasil? Então vai precisar de outra fábrica para produzir mil câmbios especiais para o carro de luxo. Não tem economia de escala, o investimento não para em pé. No mundo, os países se especializam naquilo que fazem de melhor. O país A faz o câmbio muito bem, o B monta carro muito bem, o C faz o *design*.

O mundo não é a Anfavea, que vive defendendo a proteção da indústria nacional, mas sim a Embraer, que descobriu um nicho de mercado nos aviões médios, criou uma escola de engenharia aeronáutica fantástica e se especializou na montagem das aeronaves. E compra os materiais e os componentes de quem faz melhor: turbinas da Inglaterra, sistemas eletrônicos do Japão, materiais de alta tecnologia dos Estados Unidos.

Dar benefícios a segmentos específicos gera complexidade, alimenta a burocracia e sufoca a economia.

Marcos Lisboa: Nessa política de protecionismo, você vai criando um mundo absurdamente complexo em que um burocrata decide para quem vai o privilégio e outro vai avaliar se as regras estão sendo cumpridas. Exemplos:

O papel-jornal é isento de imposto. Mas e o papel para remédio? Este paga imposto. E como é que eu sei se o papel que está na alfândega é para jornal ou remédio? Tem que testar. Então, o contêiner fica dois meses parado no porto esperando um carimbo do fiscal da alfândega – enquanto, nos Estados Unidos, é liberado em dois dias.

Uma barra de cereal contendo chocolate é cereal ou chocolate? Se é cereal, é um imposto, se é chocolate, é outro.

O que está sendo importado é uma sandália ou um calçado impermeável? Um fiscal diz: tem sola de borracha, então é impermeável. O outro olha os buracos em cima e decide que é sandália. De novo, a questão da diferença de imposto.

A má notícia é que pessoas morrem por causa dessa burocracia. A gente não consegue trazer material perecível para pesquisas na área de saúde. O fiscal precisa inspecionar tudo para ter certeza de que o produto não vai para outro destino e, quando finalmente libera a importação, o material já estragou.

Benefício fiscal de incentivo à cultura. Não conheço nenhum país do mundo que tenha uma lei tão absurda quanto a Lei Rouanet, em que a empresa pega um imposto que deveria ir para melhorar a saúde, a educação, e escolhe dar para o produtor tal fazer um filme. Se o burocrata aprovar, o filme está totalmente pago – o produtor não correu risco nenhum. Não é à toa que o cinema argentino é tão melhor que o brasileiro: lá, o Estado concede empréstimo subsidiado para o cinema, mas toda a receita de bilheteria deve ser usada, primeiro, para pagar o financiamento. O produtor só ganha se, depois disso, o filme der algum lucro.

Esse Estado gigantesco que sai concedendo todas essas meias entradas gera uma complexidade institucional que torna o ambiente de negócios insuportável.

Novo governo terá de tomar medidas duras para equilibrar as contas, mexendo até em "direitos adquiridos".

A situação fiscal do país se deteriorou a tal ponto que não vai ter jeito: vamos ter de discutir direito adquirido. Não dá para o funcionário público achar que vai ter estabilidade porque acabou o dinheiro. O Brasil quebrou. Veja o caso do Ministério da Educação. Em oito anos,

"O mundo é a Embraer, que descobriu um nicho de mercado nos aviões médios"

"Quem nos últimos quarenta anos tentou montar uma cadeia completa de indústria automobilística num país? Ninguém"

"País com legislação trabalhista muito complicada fica mais pobre. Se tem uma coisa que não dá para dizer é que a CLT protege o trabalhador. Como, se metade da força de trabalho vive na informalidade?"

contratou 100 mil pessoas e o gasto aumentou 100% acima da inflação. Como você faz uma coisa dessas? Educação é importante? Claro que é. Mas esse gasto deu resultado? Mudou a pesquisa científica do Brasil? Tem mais escolaridade? Estamos melhor nos testes internacionais? Não, nada disso aconteceu, e contratamos 100 mil pessoas. Vamos enfrentar o problema ou não?

Se não corrigir essas distorções e mexer em aposentadorias do setor público, virá uma enxurrada de aumento de impostos em todos os níveis: IPTU, IPVA, ICMS...

Ou então vamos continuar vendo governos sem dinheiro para consertar carro de polícia, viaduto caindo por falta de manutenção, Estado sem pagar a PM há três meses – e gente morrendo por causa disso.

Todo mundo debate os problemas, mas ninguém aceita dar a sua cota de sacrifício.

Marcos Lisboa: Há alguns anos, a gente via o *tsunami* se aproximar, mas o debate público não tratava desses temas. A mudança positiva é que eles agora entraram na agenda nacional. Mas achei que quando as coisas chegassem ao ponto em que chegaram, o debate seria mais fácil. Que íamos ter um momento Churchill no Brasil, de decidirmos ir todos juntos para o sacrifício. Os servidores públicos reconheceriam a necessidade de rever seus privilégios na aposentadoria, o setor privado abriria mão de benefícios tributários, aceitaria taxar os dividendos, as pessoas perceberiam que ou todo mundo dá a sua parte ou não tem País. Mas não aconteceu nada disso.

Todos os grupos reagem violentamente a qualquer tentativa de redução de benefícios. O setor privado quer manter os subsídios, os sindicatos reclamam que perderam a mordida sobre o trabalhador, a Fiesp não aceita discutir o Sistema S. A nossa cultura de defesa do próprio interesse é impressionante.

Fatores que fazem um país se desenvolver mais rápido – e por que não chegamos lá.

Marcos Lisboa: As condições de vida melhoraram praticamente no mundo todo nas últimas décadas. Mas a nossa distância em relação aos países ricos, em vez de diminuir, aumentou. Nós estamos ficando mais pobres que os Estados Unidos há trinta anos. O que explica a diferença de renda entre as nações desenvolvidas e os emergentes? Durante muito tempo, achávamos que a razão estava na inovação tecnológica, mas não está. A inovação explica por que o mundo todo está melhor hoje, mas não a evolução da distância entre os países. As pesquisas mais importantes sobre esse tema, comparando bases de dados enormes, apontam outras razões. Uma delas é a complexidade das leis trabalhistas. País com legislação trabalhista muito complicada fica mais pobre. Não é uma questão de proteger trabalhador – porque se tem uma coisa que não dá para dizer é que a CLT protege o trabalhador. Como, se metade da força de trabalho vive na informalidade? Que proteção é essa que exclui metade dos trabalhadores? Como é possível que, num período de crescimento econômico, como o que o Brasil viveu alguns anos atrás, com o nível de emprego no auge, mesmo assim o gasto com seguro-desemprego não pare de aumentar? Pois foi isso que aconteceu aqui. O desemprego caía e o gasto do seguro-desemprego aumentava.

A explicação é simples: como sabe que consegue emprego fácil, o trabalhador força a demissão, saca o FGTS, recebe o seguro-desemprego e depois volta a trabalhar. A consequência disso é que as empresas deixam de investir em formação de trabalhador e a produtividade não aumenta.

A importância da eficiência do Judiciário e da abertura comercial.

A eficiência do Judiciário tem um peso enorme na explicação da diferença entre as nações. Países onde é mais fácil executar uma garantia de empréstimo crescem mais. No Brasil, a Justiça protege demais o devedor. As deliberações do Judiciário, que beneficiam os acionistas em detrimento dos credores, prejudicam a concessão de crédito para as empresas saudáveis. Pode parecer injusto, mas estudos rigorosos já demonstraram que países onde o credor consegue retomar mais rapidamente a casa de uma pessoa que não pagou o financiamento ficam mais ricos.

Outra coisa que a gente sabe há muito tempo é que o comércio é bom. Abertura comercial aumenta a produtividade por meio do maior acesso a bens de capital e insumos mais eficientes no mercado externo. Além disso, medidas de proteção, como restrições à importação ou distorções tributárias, podem preservar empresas ineficientes, reduzindo a produtividade média da economia.

Uma agenda de desenvolvimento nacional precisa tratar desses pontos, e espero que a gente consiga debatê-los nas eleições deste ano.

"Todos os grupos reagem violentamente a qualquer tentativa de redução de benefícios. A nossa cultura de defesa do próprio interesse é impressionante"

Robusta e sincronizada recuperação

Ao Brasil é oferecida oportunidade excepcional de engatar sua recuperação cíclica na marcha acelerada da economia mundial. É hora de adotarmos visão de longo prazo, comprometidos com a ética do futuro

*Marcílio Marques Moreira**

A recente volatilidade das bolsas de valores, tanto no exterior quanto no Brasil, provocou temor de que a conjuntura de forte crescimento global da economia mundial em 2018 estivesse a ponto de inverter-se, sinalizando risco de retorno da crise mundial de 2008, cujas sequelas mais longas, com escopo quase universal, só agora estariam sendo superadas.

O mais plausível, entretanto, é que 2018 venha a confirmar as expectativas de robusto crescimento global, sem afastar a hipótese de a alta volatilidade dos ativos bursáteis vir a tornar-se fenômeno neonormal. O crescimento generalizado do PIB de quase todas as nações parece estar afastando o espectro de uma estagnação secular, hipótese levantada por alguns economistas, entre eles Larry Summers. Em compensação, teríamos de conviver, por algum tempo, com uma labilidade dos preços bursáteis, coerente com a resiliência de incertezas de natureza geopolítica: estas estar-se-iam fortalecendo desde o surgimento do sentimento generalizado de mal-estar e desencanto com a política tradicional, realimentado pelo surgimento de nacionalismos potencialmente autoritários.

A eleição de Trump nos Estados Unidos e sua atuação disruptiva desde sua posse, o Brexit, a ascendência de governos extremistas de direita em vários países da Europa Central, entre eles a Polônia, Áustria e Hungria, além da Turquia, parecem indicar que a Democracia de Direito, a Economia de Mercado e a complexa mas eficaz estrutura de Governança global pacientemente construída desde o fim da Segunda Guerra Mundial sob a liderança dos Estados Unidos estão sendo desafiadas. De fato, Trump conseguiu enterrar os mais de setenta anos da Pax-Americana, substituindo-a pelo que Ian Bremmer chama um mundo de G-0, isto é, um mundo sem nenhuma potência hegemônica capaz de operar como árbitro de conflitos regionais e garantidor de um convívio internacional mais ou menos racional.

A conjuntura global em curso, de crescimento, ficou clara com a previsão do Banco Mundial, no começo deste ano, de expansão média da economia global de 3,1% em 2018. O número pode ser considerado conservador já que prognósticos mais recentes, como o do FMI e da OECD, projetam expansão global, para este ano e o próximo, de 3,9%. Analisando o comportamento do PIB de todos os países emergentes, isto é, de 130 países listados, previu por sua vez recessão para apenas dois: a Guiné Equatorial com -6,0% e a Venezuela com -4,2%.

A conjuntura global em curso, de crescimento, ficou clara com a previsão do Banco Mundial, no começo deste ano, de expansão média da economia global de 3,1% em 2018

Surpreendente é a dupla que deverá crescer acima de 8%: a Etiópia, 8,2%, e Gana, 8,3%. Acima de 7%, constam na lista apenas três países: a Índia com 7,3%, voltando a crescer em velocidade superior à da China, a Costa do Marfim com 7,2% e Djibouti, 7,0%. Já a lista dos acima de 6%, capitaneada pela China por sua dimensão exponencial, inclui mais doze países, todos da Ásia ou da África, vários entre eles ainda pobres: Bangladesh, Benim, Butão, Camboja, Mianmar, Filipinas, Senegal. Serra Leoa, Laos, Tanzânia, Turcomenistão e Vietnã.

Ao Brasil é oferecida oportunidade excepcional, a de engatar sua recuperação cíclica na marcha acelerada da economia mundial que, além do contexto de crescimento generalizado, está nos proporcionando importar deflação externa e, assim, reforçar a curva de queda da nossa inflação. Ao mesmo tempo, os preços das *commodities* que exportamos voltaram a preços atraentes. Acresce a continuidade de alta liquidez global em grande parte fruto do "*quantitative easing*", política monetária praticada desde fins de 2008 pelos principais bancos centrais dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Zona do Euro e do Japão, que compraram títulos de dívida e outros ativos públicos e privados a fim de oferecer ao mercado a liquidez considerada adequada para estimular a economia.

A volatilidade das bolsas não parece ser, portanto, sinal precursor de crise a vir, ao estilo 2008. Ela se origina, ao contrário, nos deslocamentos previstos em função da nova fase de robusta expansão global. A partir dos excelentes prognósticos para a economia norte-americana, por exemplo, justifica-se, mais cedo do que previsto, aumento dos juros pelo FED, que em 21 de março os elevou em 0,25%, para a faixa entre 1,5% e 1,75%. O movimento já havia sido antecipado pelo mercado, onde os juros dos *treasuries* de dez anos passaram do *yield* de 2,04%, no início de setembro de 2017, para quase 2,9%.

A mudança na presidência do FED, agora chefiado por Powell, economista nomeado por Trump, contribuiu, também, para essa nova postura do FED. Ao lado das incertezas geopolíticas, persiste, ainda, preocupação com o déficit fiscal dos Estados Unidos resultante da perda de receita decorrente da reforma tributária, há pouco aprovada. A queda é estimada em mais de US$ 1 trilhão anuais, dada a redução do nível do imposto de renda das empresas, que baixaram do nível de 35% para 21%, embora o cálculo final seja muito complexo, pela eliminação de vários descontos, como aquele dos juros pagos por empresas quando elas se financiam no exterior e não nos próprios Estados Unidos.

Acrescem-se possíveis aumentos de despesas com audaciosos projetos: outro US$ 1,5 trilhão de dólares, para a modernização da infraestrutura do país, construção de muro na fronteira com o México, modernização do poderio militar, inclusive do arsenal nuclear. A modernização proposta por Trump encontrou eco positivo no Congresso, que se dispôs a aprovar aumento significativo das despesas militares no Orçamento, em resposta à postura do 19º Comitê Central do Partido Comunista da China, no fim de fevereiro, em que o presidente Xi Jinping, além de consolidar seu próprio poder, reafirmou o que pela primeira vez havia explicitamente declarado em reunião da APEC em novembro passado: a China está pronta a assumir o papel de Grande Potência Mundial, inclusive

com a modernização de seu aparelho militar para prepará-lo para qualquer ação militar que venha a se impor pelas circunstâncias.

Acrescentam-se a declaração de Putin de que a Rússia havia desenvolvido arma nuclear indetectável, assim como as bravatas da Coreia do Norte e a incerteza sobre a continuidade do acordo de desnuclearização do Irã. Estamos testemunhando o que parece ser o início de nova corrida armamentista, e agora também cibernética e comercial, nos quadros de Guerra Fria entre China e Estados Unidos, enquanto a Rússia, em declínio demográfico e fragilidade econômica, agarra-se à defesa do *status* de Grande Potência.

A atividade econômica, política ou social costuma ser prenhe de incertezas, êxitos e derrotas. Isto não deve tolher, entretanto, nossos próprios esforços de modernização doméstica e de inserção competitiva na arena internacional. Disposição paralisante seria um tiro no pé, pois cada uma daquelas alternativas – incerteza, êxito ou derrota – exige governança adequada para responder àquelas circunstâncias, de forma racional e persistente. Obedecida estratégia coerente, deve mobilizar todos os meios de que puder dispor. O rumo a adotar deve, por sua vez, estar aberto à avaliação periódica destinada a corrigir equívocos encontrados no caminho ou a recorrer a recursos adicionais, caso necessários, para retomar o fio condutor que leve ao porto almejado.

Quando o caminho a trilhar estiver definido, apesar das incertezas externas e das genuinamente nacionais, entre as quais a excessiva polarização política, a paralisia será injustificável. Encontramo-nos em situação ímpar, a de poder aproveitar conjuntura internacional especialmente favorável, capaz de energizar o processo de nossas reformas estruturantes indispensáveis como a da Previdência. Esta não pode tardar, dado o alto custo que representa para o País e pela urgência em corrigir flagrantes desvios do sistema previdenciário, que ofendem a justiça comutativa, a justiça distributiva e a justiça intergeracional.

São desvios que tendem a se acumular a cada postergação da reforma, realidade intolerável, no longo prazo, mas infelizmente agravada pelos dispositivos constitucionais que paralisam quaisquer emendas à Constituição, na vigência da Intervenção Federal no sistema de segurança do Estado do Rio de Janeiro. Esta havia se tornado, por sua vez, impostergável dada a insegurança generalizada resultante do crescimento galopante de quase todos os índices da criminalidade cada vez mais ousada e cruel, entre os quais o risco de um surto de rebeliões sincronizadas nos presídios do estado, avaliado como iminente, o que forçou revide à altura, imediato.

Processos de reforma – econômicos, políticos, sociais ou relativos à segurança – não precisam incluir desde o início todas as correções e melhorias almejadas. Reformas estruturantes, como o adjetivo já revela, não são pontos de chegada a resultado perfeito. São pontos de largada de um processo que, por sua própria natureza e pela necessidade de modular as dores inerentes a reformas, sem minimizar seus ganhos imediatos, deve prosperar por avanços graduais que permitam aproveitar o aprendizado de erros e acertos surgidos em sua trajetória. A construção da própria confiança, pedra angular de qualquer sistema econômico ou político, procederá de forma mais duradoura, se avançar por conquistas sequenciais. O essencial é evitar retrocessos e só tomar medidas de caráter finalístico, isto é, coerentes com a estratégia traçada.

Nossos governantes têm mostrado notável capacidade em administrar as crises que temos tido que enfrentar – até mesmo pela frequência delas. Não temos revelado, entretanto, a mesma capacidade em aproveitar oportunidades, tanto as surgidas em tempos difíceis quanto as típicas de tempos de abundância.

Há que resistir, portanto, ao costume ou vício que um grande conhecedor da América Latina, Albert Hirschman, identificou como comum entre nós – a "fracassomania", isto é, a falta de autoestima, que nos faz sentir precocemente derrotados, atitude talvez originada de exacerbado sentimento de culpa, derivado de pretensos ensinamentos religiosos.

Encontramo-nos em situação ímpar, a de poder aproveitar conjuntura internacional especialmente favorável, capaz de energizar o processo das nossas indispensáveis reformas estruturantes, como a da Previdência

Se é inquestionável que o desempenho da economia mundial se recuperou significativamente e promete, em 2018, robusto crescimento, a economia brasileira, por sua vez, superou prognósticos alarmantes e reagiu de maneira surpreendentemente rápida à queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 8,6% em onze trimestres, do 2º trimestre de 2014 ao 4º de 2016. O crescimento estimado em 2017 foi de 1%, enquanto o esperado para este ano é de 3% a 4%, com inflação no mesmo nível, entre 3% e 4%.

Houve, ainda, relevante melhora no índice de desemprego ampliado (IBGE), com 1,8 milhão de vagas líquidas geradas em 2017, embora o emprego dos trabalhadores com carteira assinada tenha progredido de maneira mais lenta. A exceção foi o primeiro bimestre deste ano, com a geração de 143,1 mil empregos formais, muito embora o Banco Central tenha calculado ligeiro recuo mensal do respectivo PIB mensal, se comparado ao extraordinariamente dinâmico mês de dezembro de 2017.

Excelente por sua vez tem sido o desempenho recente das contas externas, no contexto de uma recuperação, também, do comércio internacional que, após anos de fraqueza, atingiu expansão de 4,5% em 2017. O saldo comercial do Brasil em 2017 atingiu recorde histórico de US$ 67 bilhões, com ampliação tanto das exportações em 17,5%, alcançando US$ 217,7 bilhões, quanto das importações em 9,5%, atingindo US$ 150,7 bilhões. O saldo comercial no 1º bimestre de 2018, de US$ 7,6 bilhões, parece indicar bom resultado, também para este ano. A corrente comercial, por sua vez, foi consideravelmente ampliada em 2017, o que se repetiu no primeiro bimestre de 2018.

Continuamos a contar, também, com folgado nível de reservas cambiais que beiram os US$ 400 bilhões, o que chega a despertar a cobiça dos imediatistas, que logo querem deles se assenhorear para financiar os projetos que possam servir-lhes em termos de popularidade. Tê-las, entretanto, como reserva para enfrentar tempos de liquidez reduzida assegura-nos tranquilidade externa, além de induzir queda de juros para o Tesouro e as empresas públicas e privadas, ao contratar empréstimos no mercado externo.

A consolidação da política de câmbio flutuante é poderoso fator adicional a afastar risco de crise cambial. O câmbio flutuante é tanto sinalizador antecedente, quanto fator de pronta resposta operacional a desvios que venham a surgir no *front* externo.

Nossos governantes têm mostrado notável capacidade em administrar as crises que temos enfrentado. Não temos revelado, entretanto, a mesma capacidade em aproveitar oportunidades

Embora a recente geração líquida de novos empregos tenha sido significativa, há os que lamentam que grande parte das vagas geradas tenha ocorrido na economia informal. O fenômeno é natural: no Brasil, em momentos de escassez, a informalidade sempre operou como colchão de segurança para os mais necessitados. A hora de migrarem para a "carteira de trabalho" seguirá o amadurecimento e a consolidação das melhorias macroeconômicas, o que parece já estar começando a ocorrer como indica o primeiro bimestre deste ano.

Vale lembrar, também, que são as práticas informais da economia as que mais prontamente respondem aos sinais do mercado, livres que estão dos entraves burocráticos que emperram nosso arcabouço legal e regulatório. O mesmo raciocínio se aplica aos empreendedores e aos técnicos da moderna era digital que preferem a liberdade de empreender e a criatividade de conceber à suposta proteção da "carteira assinada".

O fenômeno dessa dissonância reflete, por sua vez, o *déficit* de comunicação do governo, que, em vez de priorizar confiança e credibilidade, tem prestado menor atenção ao papel crucial, tanto do exemplo simbólico (*role model*) que inere à conduta percebida de seus integrantes, quanto da narrativa com que pretende se comunicar com a população cidadã. Nas palavras de José Roberto Mendonça de Barros: "O rumo da economia é cada vez mais claro, na exata medida em que o rumo da política é cada vez mais incerto". Conclui: "... a recuperação está aí, a sustentabilidade, não". Poderíamos reformular sua feliz observação afir-

O sistema de aposentadoria do setor público brasileiro é, provavelmente, o maior programa de transferência de renda do pobre para o rico no mundo

mando que, enquanto a economia vem emergindo de inédita crise, a política nela vem submergindo. É preocupante que, na antevéspera das eleições, o Governo, os partidos e grupos que defendem a indispensável transição de um Capitalismo de Estado obsoleto e de uma Democracia truncada para uma verdadeira Democracia de Direito e um regime de liberdade de mercado, competitivo e responsável, não tenham ainda encontrado narrativa politicamente eficaz, e narradores que possuam a credibilidade, a confiança e o talento de comunicação necessários para serem ouvidos e compreendidos. Sem um narrador crível, que preze a verdade, nenhuma narrativa o será. Tanto para o empreendedor privado, quanto para o agente público, a boa reputação tornou-se essência de sua atuação. E ambos podem beneficiar-se da lição de Maquiavel, que recomendava tornarem-se "pacientes ouvidores do que é verdadeiro" para "inteirar-se da verdade efetiva da coisa, em vez de imagens fantasiosas em torno dela".

Exemplo marcante é a insistência nos aspectos predominantemente fiscais na defesa da urgência e do escopo da Reforma da Previdência, em vez de priorizar sua dimensão ética, a luta contra os inaceitáveis desequilíbrios que inerem ao atual sistema previdenciário, que acentuam as graves desigualdades de tratamento aos aposentados e pensionistas do setor privado, comparado ao destinado ao setor público. Estes conseguiram ser contemplados com multiplicadores de uma a dez vezes, além das frequentes exceções de dimensão ainda mais acentuada.

Segundo um dos economistas que mais conhece o assunto, José Márcio Camargo, temos gasto mais de seis vezes *per capita* com aposentadoria e pensões do que com educação: 14% do PIB *versus* 5,4% do PIB. Segundo ele, a Previdência, no seu formato atual, transformou-se no mais potente acelerador de desigualdade, em desfavor dos menos favorecidos, ameaçando o desempenho futuro e a própria sobrevivência do sistema e, portanto, também, a dos cidadãos por ele assegurados. Nas suas palavras, "o sistema de aposentadoria do setor público brasileiro é, provavelmente o maior programa de transferência de renda do pobre para o rico no mundo". E o triste é que os aquinhoados por benefícios extravagantes consideram que eles constituem "direitos adquiridos" invioláveis!

A ética do presente e a ética do futuro infelizmente foram negligenciadas pela narrativa equivocadamente escolhida, inspirada na ética do passado, o que só aos poucos vem sendo corrigido. Acresce que a própria ideia de Reforma vem sendo constantemente castigada por demandas corporativas exacerbadas, sem que o Governo tenha sido capaz de contê-las com o vigor e consistência necessários.

Há, ainda, outro paradoxo que merece comentário. As melhorias na economia, embora evidentes, não têm sido percebidas como tal pela população, sendo a queda inédita da inflação, de dois dígitos ou mais, para o bem comportado desempenho de menos de 3%, em 2017, exemplo paradigmático. Acresce que a recuperação do nível de arrecadação do Tesouro Nacional, graças à combinação de aceleração da atividade econômica com o aumento da produção e do consumo, queda do desemprego, expansão da renda disponível e inflação surpreendentemente baixa, tem afastado o risco de colapso iminente da equação fiscal, contribuindo paradoxalmente para reduzir a preocupação com o atraso da Reforma Previdenciária e ainda colocar em dúvida o anunciado risco de caos fiscal iminente.

A ânsia por fazer a Reforma, provocada pela perspectiva de um Armagedon Fiscal, uma vez mitigada no curtíssimo prazo parece estar confundindo a consciência do custo da postergação. É mais uma dificuldade decorrente de percepção demasiado matemática dos riscos envolvidos, em contraste com avaliação holística mais severa e informada da realidade. Qualquer adiamento torna a Reforma mais urgente, não só em face do potencial arriscado da inflexão do persistente desequilíbrio fiscal, senão também para evitar que a Reforma, uma vez adiada, acabe exigindo condições, no futuro, bem mais rigorosas, o que exacerbaria as dores de sua implantação tardia.

O resultado fiscal primário de 2017 foi bem mais favorável, segundo análise do IPEA, do que o de 2016, assim como o do esperado para aquele ano. Em relação a 2016, o déficit primário em relação ao PIB caiu dos esperados 2,5% para 1,7% do PIB, tanto pelo aumento real da receita líquida, quanto pela queda de 1% no gasto primário. O primeiro bimestre deste ano, por sua vez, testemunhou receitas de R$ 260,7 bilhões, alta real de 10,34%, melhor cifra desde 2014. Como resultado, o bimestre gerou um superávit primário do setor público consolidado de R$ 29,5 bilhões, o melhor bimestre desde 2012.

Impõe-se, ainda, observação relevante. Ao contrário do que muitos proclamam – entre os mais incisivos estão os atingidos pela Operação Lava Jato – as grandes empresas, escolhidas para configurar no pódio privilegiado de "empresas campeãs nacionais", sofreram no curto prazo perdas e limitações de agir significativas, não em função da Lava Jato, mas sim dos desmedidos desvios de comportamento, da corrupção que cometeram, sem o mínimo pudor.

A Lava Jato é esforço corajoso de corrigir o nível intolerável da corrupção incorrida em que pese um ou outro exagero que até hoje tenha sido cometido. No médio e longo prazo, ela promete, se não for desviada por movimento perverso que prega a volta à impunidade por vias escusas, elevar em muito a qualidade ética e operacional, tanto da gestão pública quanto da economia de mercado – ambas conspurcadas pela simbiose espúria entre governo e grandes empreiteiras que prevaleceu até há pouco.

No médio e longo prazo, a Lava-Jato promete, se não for desviada por movimento perverso que prega a volta à impunidade por vias escusas, elevar em muito a qualidade ética e operacional, tanto da gestão pública quanto da economia de mercado

Encontramo-nos agora em estratégica encruzilhada que pode nos levar a dois resultados diametralmente opostos: recuperação e modernização econômica do País ou pântano de progressiva mediocridade

As empresas capturavam políticas públicas a favor de seus interesses especiais, enquanto o Governo capturava empresas públicas ou privadas para engordar custos fantasiosos que acabaram forrando ilicitamente os bolsos dos gananciosos, e financiando, sem escrúpulo, amplo projeto de perpetuação do Poder de partidos, grupos e quadrilhas políticas e empresariais.

Encontramo-nos agora em estratégica encruzilhada que pode nos levar a dois resultados diametralmente opostos. Os caminhos para um ou outro resultado estão bem abertos e à espera da nossa decisão: recuperação e modernização econômica do País ou pântano de progressiva mediocridade. Decidir esse dilema e tomar uma ou outra direção está em nossas mãos! Desejamos continuar vivendo em ilha ideológica, materialmente isolada da pulsação do mundo, ou preferimos empreender marcha corajosa para a modernidade?

Somos um dos países mais fechados ao mundo. Estamos determinados a, desta vez, aproveitar a promissora oportunidade que nos é oferecida por cenário internacional benigno e dinâmico, com crescimento robusto, inflação controlada, liquidez abundante e desafios promissores? Ou preferiremos continuar presos à nossa redoma de mediocridade periférica e irrelevância global, insistindo no debate de temas do século passado, em vez de encarar os novos desafios do amanhã e o potencial para superá-los?

Urge assumirmos atitude determinada, optar pelo engajamento com o Brasil do Amanhã e ado-

tarmos visão de longo prazo, comprometidos com a Ética do Futuro.

Precisamos colher as sábias palavras que San Tiago Dantas nos legou em 1963, há mais de cinquenta anos, pouco antes de nos deixar para sempre: "Creio que nenhum projeto nacional é válido, nenhuma política interna autossustentável, se não lograr inserir o País no rumo histórico de seu tempo e superpor harmonicamente o nacional e o universal".

Ao desenhar tal política de sincronização com o espaço e o tempo globais, temos de levar em conta que, além de conviver com conjuntura internacional em trajetória cíclica propícia, o mundo se encontra no umbral de nova etapa de modernização, com surpreendentes saltos científicos, tecnológicos e culturais – entre eles a quarta revolução industrial, a nanotecnologia, os avanços da medicina, Big Data, a inteligência artificial, a internet das coisas, a explosão digital – que prometem progressos até há pouco inimagináveis.

A nova realidade *in fieri* parece oferecer tanto melhorias que podem ser descritas como revolucionárias quanto problemas a enfrentar e dificuldades e armadilhas a superar não despiciendas, que não deixarão de nos desafiar, exigindo esforços hercúleos no caminho para a nova era.

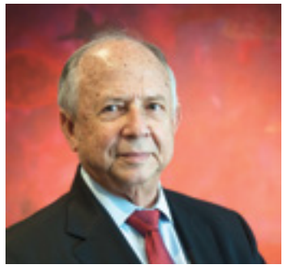
Voltando ao texto de San Tiago que parece ter sido escrito ontem e não há mais de meio século: "Que pensar de uma nação que, no limiar de uma nova era de prosperidade mundial, como esta em que o mundo está penetrando, dependesse, para o equacionamento rápido e eficaz de seus problemas e para a adoção oportuna de suas soluções, de esperar a lenta maturação das aspirações coletivas, ou a emergência de novas elites..."

Teremos, daqui a poucos meses, a oportunidade de, nas eleições que se aproximam, votar para a renovação da liderança do Executivo, da totalidade dos Deputados da Câmara Federal, dos Governadores, das Assembleias Estaduais e de dois terços do Senado.

Todos que amamos o povo brasileiro e que queremos para ele, isto é, para nós, melhores condições de vida e, sobretudo, ambiente sustentável político, econômico, social e ético, isto é, a certeza de um futuro melhor para nossos filhos, netos e gerações a vir, temos a grave responsabilidade de nos engajar, de coração e mente, em soluções racionais e viáveis para atingirmos a plena fruição das oportunidades quase inéditas que, hoje, nos oferecem caminhos promissores.

A inércia, a mediocridade, a fracassomania só nos empobrecem. Tanto quanto a eloquência vazia. A indignação diante de tanta corrupção, desperdício e descaminhos é legítima. Já o ódio é estéril. Optemos por um futuro melhor, mais justo e generoso para todos os brasileiros, sem distinção entre "nós e eles". Lutemos para alcançá-lo, com determinação, ética, competência, senso de oportunidade e de direção, além de muito amor.

A inércia, a mediocridade, a fracassomania só nos empobrecem. Tanto quanto a eloquência vazia. A indignação diante de tanta corrupção, desperdício e descaminhos é legítima. Já o ódio é estéril



**Marcílio Marques Moreira é diplomata, ex-ministro da Fazenda e consultor do ETCO.*

Fotos: pg. 05 Flavio Santana, pg. 08, 09, 10, 12, 15, 16, 17, 18 e 20 Ed Alves/CB/D.A. Press. Brasil. Brasília - DF, pg. 21 Robson Ventura, pg. 31 e 33 Valter Campanato/Agência Brasil, pg. 32, 34, 36, 40, 42, 44, 47, 48, 50, 56 e 60 Keiny Andrade/FolhaPress, pg. 38 Casal Jr. Agência Brasil, pg. 39 divulgação Polícia Militar, pg. 51 divulgação PRF, pg. 58 e 59 reprodução, pg. 68 divulgação e as demais Shutterstock.

Expediente

Presidente Executivo
Edson Luiz Vismona
Gerente Executiva
Andrea Lopes

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente
Victório Carlos De Marchi
Conselheiros Titulares: Alexandre Kruel Jobim, Jorge Luiz Oliveira, Fernando Bomfiglio
Conselheiros Suplentes: Disraelli Galvão, Lilian Egoshi, Delcio Sandi, Leandro de Barros Silva

CONSELHO FISCAL
Presidente: Marcus Emanuel Galeb
Conselheiros Titulares: Dilmar Madureira, Mônica Saraiva, Luciano França Souza.
Conselheiros Suplentes: Uira Tonon Gomes, Mozart Santos Rodrigues Filho, Jesus Meijomil, Luiza Weguelin de Melo

CONSELHO CONSULTIVO
Presidente
Everardo de Almeida Maciel
Conselheiros: André Franco Montoro Filho, Aristides Junqueira, Celso Lafer, Ellen Gracie Northfleet, Evandro Guimarães, Hamilton Dias de Souza, Hoche Pulchério, João Grandino Rodas, João Roberto Marinho, Jorge Raimundo Filho, Leonardo Gadotti Filho, Luiz Fernando Furlan, Maria Tereza Sadek, Nelson Jobim, Roberto Abdenur, Roberto Faldini, Tércio Sampaio, Theo van der Loo

Associados ETCO
Ambev, Coca-Cola, Pepsi, Plural e Souza Cruz
Colaborador voluntário: Pernod Ricard
Endereço: Rua Viradouro, 63, conj. 61, Itaim Bibi, São Paulo (SP), tel.: (11) 3078-1716. Site: www.etco.org.br

REVISTA ETCO
Produção editorial: TAG Content
Jornalista responsável: Demetrius Paparounis
Arte: Nuvem Studio
Revisão: Rosane Albert

A Revista ETCO *é uma publicação do ETCO-Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial.*

Promover a ética concorrencial e melhorar o ambiente de negócios no Brasil. Essa é a nossa bandeira.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL
ETCO 15 ANOS

O ETCO – Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial
é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público que promove a integridade no ambiente de negócios.

Acreditamos que a concorrência leal constitui um dos principais alicerces do desenvolvimento econômico e da construção de um país mais forte e mais justo.

Nossa missão é identificar, discutir, propor e apoiar iniciativas para reduzir práticas que provocam desequilíbrios de mercado, como sonegação fiscal, contrabando, pirataria, falsificação e adulteração de produtos.

O ETCO foi fundado em 2003 e é mantido por empresas e associações comprometidas com a causa da ética nos negócios.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ÉTICA CONCORRENCIAL
ETCO 15 ANOS